

27 de Julho 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 269
Director-Geral
Evaristo Mulaza



CONTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE

Governo já contratou 44,7% da dívida para 2021

FINANÇAS PÚBLICAS. A moratória no serviço da dívida que permitiu poupanças de 3 mil milhões de dólares, segundo cálculos oficiais, não teve reflexo no plano anual de endividamento. Contas do *Valor Económico* mostram que, no primeiro semestre, o Governo contratou praticamente metade da dívida externa prevista para este ano. Pág. 12

RAUL ARAÚJO, PROFESSOR JUBILADO DA UAN

“O Ministério não percebe o seu papel em relação às universidades”

Págs. 4 a 7



ENSINO SUPERIOR

MESCTI afirma que não acabou com os Centros de Investigação

Págs. 8 e 9

CUSTOS ALTOS

Camionistas querem subida de 80% no valor do frete

Pág. 11

ÁRBITROS DECIDIRAM PELA SONANGOL NO 'CASO ESPERAZA'

Isabel dos Santos diz que Tribunal não avaliou as provas da defesa

Pág. 14



ENSINO SUPERIOR NO 'CAFRIQUE'

Não se trata de confirmar ou desmentir o eventual desvario que toma conta do Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação. Muito menos entraremos na avaliação do mérito das decisões do Ministério que o colocaram no centro de toda a contestação e polémica. Disto tratarão os distintos quadros que se dedicam à educação, ao ensino e à investigação. A exemplo do catedrático Raul Araújo, que dá uma notável entrevista ao **Valor Económico** desta semana.

O que se questiona aqui, em jeito de preocupação, são as queixas da deterioração do autoritarismo num ministério tão nevrálgico quanto o do Ensino Superior. O entrevistado desta semana deixou-o suficientemente claro, ao mencionar, como detalhe, o facto de os centros de investigação não terem sido achados na decisão da sua extinção. Mas as reclamações dos que falam publica-

mente e dos que criticam às escondidas vão muito além disso. É voz corrente, por exemplo, que as Instituições de Ensino Superior Públicas estão transformadas em secções do Ministério do Ensino Superior. Em linguagem simplificada, Maria do Rosário Bragança Sambo decidiu tudo sob o seu controlo. Ou, como preferem sublinhar as vozes críticas, as Instituições de Ensino Superior estão no 'cafrique' da ministra. E a verdade é que Maria do Rosário não faz muito para provar o contrário.

Veja-se o que ocorreu com as recentes e polémicas declarações de Raul Araújo, que rebaixou a Universidade Agostinho Neto para a categoria de colégio. Da reitoria da universidade, cujo trabalho acabou expressamente colocado em causa e da qual se esperava a competente reacção, não se ouviu um pio. Quem decidiu sentir-se directamente atacada foi a ministra que, numa reacção a quente, foi ao ridículo de afirmar que se fazem grandes investimentos na investigação. São, claro, atitudes

como esta que também sustentam os comentários em surdina de que a ministra saiu da reitoria da UAN, mas a reitoria da UAN não saiu dela. Ou seja, faz-se de uma espécie de ministra-reitora ou reitora-ministra.

Manda o rigor recordar, entretanto, que o autoritarismo denunciado no Ministério do Ensino Superior é o mesmo que faz norma na prática geral da governação. Ou, como bem o diz Raul Araújo, "a administração [em Angola] sempre teve como principal defeito ter problemas auditivos". Já o ouvimos também da empresária Filomena de Oliveira que, ao tratar por surdos os que mandam na AGT, ouviu uma tremenda reprimenda de João Lourenço, com o histórico "não gostei".

No fundo, no fundo, os académicos que contestam a ministra é que devem estar de regresso de Marte. Porque aqui, na Terra, as coisas nunca foram propriamente diferentes. E Maria do Rosário Bragança Sambo só estará a aperfeiçoar o guião do autoritarismo a seu jeito.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



OLÍVIO MANUEL,
director da empresa RH Digital Angola

Como analisa as enchentes para as candidaturas ao concurso público do Governo Provincial de Luanda?

Jamais teremos pessoas competentes e qualificadas se as técnicas usadas no recrutamento não forem adequadas. Já não estamos na era de enfrentar grandes filas para entregar um simples documento. Neste tipo de recrutamento muita gente competente fica de fora.

Está a olhar, por exemplo, para o possibilidade de criação de plataformas digitais...

O mundo de hoje é digital e as nossas instituições têm de seguir esta lógica. Não apenas as privadas mas as públicas também. Era altura de termos uma base de dados nacional digital que permitiria as candidaturas directas e online.

Consequências?

O nosso sistema de governação é frágil e estes episódios levam ao descrédito as instituições e a quem nos lidera e percebe-se que o país não tem rumo. É importante começarmos a digitalizar os nossos recursos para que as instituições públicas estejam à altura dos outros órgãos, quer nacionais quer internacionais e evitem-se os vários riscos que os candidatos correm.

13 TERÇA-FEIRA

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) informa ter sofrido um ataque informático ao seu sistema, com origem desconhecida. Em consequência, alguns serviços do banco ficaram limitados.

14 QUARTA-FEIRA

A Assembleia Nacional aprova a Conta Geral do Estado de 2019, com 137 votos a favor, 50 contra e três abstenções. Na ocasião, os parlamentares recomendam ao Executivo a disponibilização de verbas para a execução do Programa de Investimentos Públicos.

15 QUINTA-FEIRA

O vice-presidente da República, Bornito de Sousa, efectua visita de trabalho ao Huambo, no âmbito do acompanhamento das acções de governação local.



16 SEXTA-FEIRA

O secretário de Estado para a Juventude, Fernando João, avança que 50% da população adulta do país está bancarizada enquanto a restante não tem conta bancária.



17 SÁBADO

O presidente da Casa-CE, Manuel Fernandes, mostra-se confiante numa vitória nas eleições gerais do próximo ano sob justificação de ser a força política mais próxima do cidadão.



18 DOMINGO

Funcionários do Hospital Divina Providência anunciam greve de uma semana para exigir igualdade salarial, reposição dos subsídios suspensos em 2016, melhoria na alimentação e prestação de informação sobre a gestão do hospital.



SEGUNDA-FEIRA

O Presidente João Lourenço efectua visita de Estado à Turquia a convite do seu homólogo Recep Tayyip Erdogan, com objectivo de reforçar os laços bilaterais.

COTAÇÃO



PETRÓLEO EM QUEDA...

O petróleo começou a terça-feira com perdas, à semelhança do dia anterior, por conta dos receios de novos casos de contágio de covid-19 pelo mundo. O Brent, referência às exportações angolanas, abriu o dia a negociar nos 73,85 dólares, com quase 1% de perdas. Por sua vez, o WTI iniciou a negociar nos 72,09 dólares, após fechar nos 71,91.



BOLSAS CAEM NA CHINA E HONG KONG...

A preocupação com o impacto das regulamentações mais rígidas do governo chinês levou a queda das acções. O índice de Xangai recuou 2,49%, enquanto o Shenzhen caiu 3,53%. Já o índice Hang Seng que- dou 4,22% para 25.086 pontos. Em sentido contrário, o índice Nikkei avançou 0,49% para 27.970 pontos e o S&P/ASX 200 cresceu 0,50%.

Entrevista

RAUL ARAÚJO, DIRECTOR DO CENTRO DE EST. DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

"Há alguma coisa a nível do Ministério que não percebe muito bem qual é o seu papel em relação às universidades"

Depois de 'bater com a porta' – em linguagem académica, "pediu jubilação" –, Raul Araújo garante que já lhe tinham mostrado "a porta de saída" e que saiu "para não ser empurrado". Não esconde o descontentamento pelo que se passa nas universidades com críticas à tutela, acusando-a de "problemas auditivos", de "não saber dialogar". Preocupado, por causa da extinção dos centros de investigação, apela a que se "deixe a universidade trabalhar", defendendo que "isso de querer mexer e interferir não permite que as instituições funcionem".

Por Isabel Dinis

Qual foi a reacção dos Centros de Investigação da Universidade Agostinho Neto (UAN), quando perceberam que

essas unidades seriam extintas?

Só reagimos em Março. O decreto é de Dezembro. Todos os 11 centros fizeram um documento conjunto, que foi enviado ao presidente da 6.ª comissão da Assembleia Nacional com cópias à ministra do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, ao reitor, ao director do Gabinete de Quadros do Presidente da República, em que chamávamos a atenção que a opção de extinguir os centros, sem que estes tivessem sido ouvidos, seria extremamente negativa para a universidade. Dissemos que temos centros bastante antigos, como é o caso do laboratório de engenharia da separação, reacção e ambiente, o de recursos



fitogenéticos e outros em diversas áreas. Há dois que foram criados no início da universidade e outros durante a vigência da reitoria do magnífico reitor João Teta. Foi por deliberação do senado da universidade, em 2010, que se começaram a criar todos estes centros. Os directores dos centros são maioritariamente formados por professores catedráticos ou associados. Achámos que não era de bom-

O que se paga hoje aos professores é irrisório.

-tom ninguém ter sido ouvido. E achávamos que valeria a pena chamar-se a atenção para o porquê do surgimento dos centros e a necessidade da sua existência. Enviámos a carta a 25 de Março.

Já receberam respostas?

Ainda não. Não obtivemos resposta de nenhum dos órgãos. Nem sequer acusaram a recepção. Fomos ignorados, simplesmente.

Posteriormente, tomámos conhecimento, porque nos foi pedido pelo magnífico reitor que déssemos um parecer sobre um projecto de decreto presidencial que vai revogar o decreto 125/15 de 01 de Junho, que aprova o regulamento das instituições públicas de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação. Entendemos retomar o assunto e preparamos outro documento. Enviámos o nosso parecer ao magnífico reitor em que reiterámos o que já dizíamos e fizemos também uma apreciação deste projecto de decreto presidencial, manifestando a nossa discordância de algumas opções que aí são feitas. Nomeadamente a opção de que as universidades não podem criar centros de investigação e dependem sempre de uma aprovação do Ministério. Entendemos que essa é uma violação ao princípio da liberdade científica das instituições do ensino superior. Enviámos o documento a 20 de Maio deste ano ao reitor, que diz que já fez seguir para as instâncias competentes, ou seja,

“Está a ver o que se faz nas discotecas quando começam a apagar e acender as luzes? Ou as pessoas saem ou então fecham-nos lá dentro. Eu saí. Não gosto de ser expulso.”

para o ministério de tutela. Como ainda estamos a falar de um projecto de decreto presidencial, não sabemos qual é o caminho que vai seguir, mas tudo leva a crer que não terá um caminho diferente do anterior. É uma pena, mas, infelizmente, é a realidade que estamos a viver.

Com a sua experiência no ensino, o que acha que está na base da extinção dos centros?

Pode ser que existam boas vontades e razões ponderáveis para esta tomada de decisão, mas nós desconhecemos. Pessoalmente, acho que talvez haja razões economicistas. O Executivo decidiu enxugar as estruturas da administração pública e torná-las mais pequenas e talvez tenha entendido que, extinguindo os centros, estaria a enxugar. Não falo pelas outras, apenas da UAN. Mas quem o fez não conhece minimamente o que é uma universidade. Como é que decisões tão importantes para o país e para as ciências são tomadas apenas por razões financeiras? A maior parte destes centros não vive com base ao recurso ao Orçamento do Estado. Temos consciência de que o Estado não tem capacidade para financiar toda a estrutura. A concepção dos centros é no sentido da auto-suficiência. Funcionam através de prestação de serviços e de estudos feitos com base em financiamentos internacionais, porque internamente ainda não temos esta capacidade. Temos noção de que o país vive uma situação complicada e complexa, do ponto de vista financeiro, e entendemos que, se queremos fazer investigação, temos de recorrer a financiamentos de instituições internacionais e entidades que estejam interessadas em determinados trabalhos, às vezes, compensando estes estudos com acções de formação profissional. Fazendo estas acções, vão tendo algum dinheiro para financiar estes trabalhos. Por exemplo, o centro dirigido pelo professor José Octávio Serra Van-Dunem tem feito estudos muito interessantes. Recentemente, fez um estudo, publicado lá fora, sobre o impacto da pandemia na nossa sociedade e há outros trabalhos que não foram financiados pelo Estado. Estes trabalhos agora estão comprometidos. Vão desaparecer. Se a razão é meramente financeira, não tem razão de ser. No centro que dirijo, estávamos a preparar



um estudo sobre o direito costumeiro e a sua relação com o direito formal, muito com base nos problemas que houve no julgamento do Rei do Bailundo.

Estes trabalhos não podem ser feitos pelas faculdades?

É uma ideia errada acreditar que estes trabalhos podem ser feitos nas faculdades. Eu também fui decano e reitor de uma univer-

sidade privada. Fui vice-decano para a área científica da Faculdade de Direito da UAN e sabemos as dificuldades que temos só para manter e assegurar as aulas. Temos departamentos de educação e investigação que, nos outros países, chamam de cátedras. A cátedra é uma unidade composta por professores de uma determinada disciplina. Nós, na universidade pública, ainda não temos

este conceito, não sei porquê, mas é outra conversa. Pelas debilidades que temos e porque os professores que existem são colaboradores. O que temos são pessoas que estão dispostas ou predispostas apenas a ministrar aulas. Vão dar aulas com maior ou menor dificuldade, fazem provas e exames e não temos condições de fazer mais nada além disso. O que se paga hoje aos professores é irrisório. Eu, como pro-

fessor catedrático e porque era juiz conselheiro do Tribunal Constitucional, não podia ter acesso ao salário integral. Há o salário-base definido e, já recebendo do Estado, só poderia receber metade. É chamado o professor em tempo parcial. Mas sempre exerci a minha actividade como professor com tempo normal.

Quanto ganha?

Ganhava. Desde Dezembro que não pagam e não sei porquê. Ganhava o valor de 200 e poucos mil kwanzas por mês. Se eu ganho este valor quem está a tempo integral ganha mais de 400 mil kwanzas. Quem é que vai ficar em ‘full-time’ a trabalhar numa instituição? A Faculdade de Direito está fora de hipótese. E ainda por cima são todos juristas. Temos um corpo docente formado quase a 100% por colaboradores. São pessoas que vão lá cumprir as suas obrigações, dão aulas e ficam apenas nas aulas. Não estão disponíveis para fazer mais nada. Presumo que nas outras unidades orgânicas se passe o mesmo. Passar a investigação para as unidades orgânicas é dizer que não vão fazer nada porque já era assim. Quando discutimos a necessidade de criação dos centros, em 2010, foi porque chegámos à conclusão que era preciso autonomizar o sistema de investigação sob pena de a universidade ficar apenas a dar aulas. A afirmação que fiz e que foi polémica de que a universidade se vai tornar um colégio é exactamente no sentido de que a universidade vai apenas ministrar aulas. Ministrar aulas é uma componente importante de uma universidade, mas não é apenas aquilo. A universidade não pode ser dissociada da outra componente, que é a investigação científica. Para se fazer investigação, é preciso ter condições.

E é assim em todo o mundo. As universidades fazem investigação...

Exactamente. Queremos fazer investigação fora das universidades, até é possível, mas não sei se vai funcionar muito bem. Nas universidades, temos cérebros e condições para poder desenvolver o trabalho. Pessoalmente, tive a experiência no centro que dirijo que não é só a investigação científica, mas os próprios serviços jurídicos que podem ser prestados ao

Entrevista

Continuação da página 5

próprio Executivo. Nós, enquanto centro, fizemos um contrato com o Ministério da Justiça, na altura em que a ministra era a actual vice-presidente do Tribunal Constitucional, a Dra. Guilhermina Prata, em que preparámos toda a legislação para a reforma da Justiça. Há cerca de dois anos, fizemos um contrato com o Ministério do Turismo, mas o trabalho não teve sequência, para uma reforma de todo o sistema jurídico. E tivemos docentes/investigadores que trabalharam com quadros do Ministério e tiveram experiências positivas. É possível sermos parceiros do Executivo numa série de trabalhos que não são de uma faculdade como temos actualmente.

Como se sente vendo todo um trabalho e historial quase desmoronado? E ver os centros a tornarem-se departamentos das universidades?

A consequência lógica foi ter pedido a minha jubilação. Sinceramente, acho que não vale entrarmos em lutas permanentes e em guerra. Do ponto de vista interno, fiz o que podia fazer e não vejo vontade de as pessoas mudarem. Esta é uma orientação e presumo que seja a política que está a ser seguida, com a qual não concordo. Depois de 37 anos de aulas na faculdade em que não dei apenas aulas, estive ligado a muitos processos de investigação científica, achei que começam a mostrar que está na hora da saída. Quando começam a mostrar-nos a porta da saída, melhor é sair para não sermos empurrados. Foi um bocado a sensação que tive e infelizmente é a sensação que tenho de muitos dos colegas que hoje estão à frente dos centros. É uma sensação de que nos estão a convidar para ir embora para casa. Apenas me antecipei. Está a ver o que se faz nas discotecas quando começam a apagar e acender as luzes? Ou as pessoas saem ou então as fecham lá dentro. Eu saí. Não gosto de ser expulso. Saí antes que me mandassem para casa.

Também pode ficar a ideia de que estão a atirar a toalha ao tapete...

A mim já o disseram. Ainda por cima, um dos mais antigos. O que digo é que não desisti. Não desisti do ensino, da minha área profissional. Além de ter feito muitas outras coisas, a docência sempre foi a carreira

Raul Araújo, director do Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas da Universidade Agostinho Neto (UAN)



principal. Se não consigo fazer pela via do Estado, vou tentar fazer isso pela via privada, porque o Estado não me quer. Se o Estado não quer, paciência. Vou fazer outro tipo de trabalho, que é uma pena. Estive ligado a alguns projectos privados, fiz parte da comissão instaladora que criou a Faculdade de Direito da Universidade Católica, estive ligado ao projecto da Universidade Lusíada. Decidi voltar à casa-mãe e dedicar-me apenas à UAN. Chegou a hora de continuar a fazer o meu trabalho fora da universidade. Com bastante pena, mas temos de nos adaptar à vida.

Ultimamente, vários quadros fora da educação têm reclamado que não têm sido ouvidos pelo Estado. O Estado recebe pareceres e não dá respostas. O que tem acontecido?

A nossa administração, de uma

forma geral, sempre teve como principal defeito ter problemas auditivos. Não sabe dialogar. Mesmo quando as pessoas nos postos de direcção vêm de funções onde estavam inseridas. É o caso do Ministério do Ensino Superior e muitos outros ministérios. E depois confunde-se a função de tutela com a de direcção. O órgão de tutela não é para dirigir. O Mescti não é um órgão que tem administrativamente funções de dirigir a UAN e as universidades públicas. Sendo órgão de tutela, dá orientações e depois age se houver alguma dificuldade ou problema de funcionamento. Mas infelizmente não é apenas de agora, já vem de alguns anos.

O Ministério entende que as universidades têm de fazer o ele quer, é isso?

E os próprios ministros, directores e chefes de departamentos

Perfil

Advogando a investigação

Director do Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas da Universidade Agostinho Neto desde Janeiro de 2011, Raul Araújo é professor titular da mesma universidade desde 2009. Foi juiz conselheiro do Tribunal Constitucional entre 2012 e 2019. Neste período, interrompeu o exercício da advocacia que exercia desde 1991 em nome da 'CFRA Law firm'. Retomou a advocacia este ano com 'Raul Araújo & Associados - Sociedade de Advogados, RL'.

querem dar ordens directamente às universidades. E reagem como aqueles ministérios que tinham a tutela sobre empresas e também interferiam na gestão das empresas públicas, na altura, estatais. Hoje, já não se vê o Ministério dos Petróleos a dar ordens directamente à Sonangol. A lei é muito mais clara. Na universidade, ainda vivemos este problema em que a tutela acha que tem de dar ordens directamente às unidades orgânicas. Nós recebemos ordens directas. Isso depois acaba por criar uma disfunção da estrutura. Há uma estrutura que tem de ser seguida. Há aqui um problema muito sério.

O que pode mudar essa interferência do Ministério?

Não sei. Não sou daqueles que acha que muitas leis não resolvem problemas, apesar de ser jurista.

“A UAN regrediu do ponto de vista democrático quando deixou de fazer eleições, quer para universidades quer para unidades orgânicas.”



a piorar ou a manter-se. Não é bom para a universidade. A UAN é uma instituição com muitos anos. Foi criada antes mesmo da independência e tem um peso na sociedade. Não apenas do que já produziu do ponto de vista de quadros, mas do que já produziu do ponto de vista científico. Foi considerada, durante muitos anos, uma unidade de referência. Já tivemos a Faculdade de Medicina durante muitos anos como uma unidade de referência na formação de médicos. A própria universidade em si era uma grande universidade.

Fala no passado. Agora não sente essa referência?

Não, não sinto. Tem havido excesso de interferência na universidade que tem vindo a ser feito há uns anos e tem vindo a desvirtuar o que é a universidade. Tem estado a retirar muitos quadros.

Já não está só a falar da extinção dos centros...

Não. É um processo que vem de alguns anos. Quando se decidiu criar as regiões académicas chamámos a atenção que era um erro que se estava a cometer, porque não havia quadros para isso e da forma como se estava a fazer. Mas estavam mais preocupados com números. Queriam formar licenciados e não quadros. O resultado está aí. Hoje, o próprio Executivo decidiu acabar com estas regiões académicas. Não fechou universidades e nem vai fechar agora porque o processo está como está. Tirando algumas universidades públicas que funcionam bastante bem, como a Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, que é uma instituição de referência. Mesmo antes, como unidade dependente da UAN, sempre teve uma estrutura bastante forte. Tem uma tradição académica já muito antiga. Há outras que têm funcionado mais ou menos bem, mas muito à custa da UAN que se tem esvaziado. A UAN regrediu do ponto de vista democrático quando deixou de fazer eleições, quer para universidades, quer para unidades orgânicas. Foi aprovado e tomou-se uma decisão para voltar ao processo eleitoral, mas estamos há três anos a falar e a discutir e não se vê nada de concreto. Nem sei se há vontade para que haja eleições. Talvez no próximo ano também não, porque

Na universidade, ainda vivemos este problema em que a tutela acha que tem de dar ordens directamente às unidades orgânicas.

Quando começam a mostrar-nos a porta da saída, melhor é sair para não ser empurrado.

A nossa administração, de uma forma geral, sempre teve como principal defeito ter problemas auditivos. Não sabe dialogar.

Não vejo vontade de as pessoas mudarem. Esta é uma orientação e presumo que seja a política que está a ser seguida, com a qual não concordo.

há eleições gerais no país, então vamos deixar para 2023.

De que forma é que pode deixar de haver interferência ministerial?

Em primeiro lugar, que haja respeito pela lei. A lei é clara. Se percebemos o que significa tutela do Ministério relativamente às universidades públicas, fica mais fácil de se trabalhar. Por outro lado, que se respeite o estatuto das universidades. A universidade tem órgãos de direcção. Tem vice-reitores e tem uma estrutura funcional. Que se respeitem os órgãos e deixem os órgãos trabalhar. E que o Ministério faça o seu trabalho. Esta é uma crítica que tive oportunidade de fazer, há mais de um ano, numa reunião com a senhora ministra. Isso que estou a dizer agora sempre o disse e não era um problema pessoal com a ministra. É uma pessoa por quem sempre tive um grande respeito e sei que está a tentar fazer o seu trabalho. Aquilo que disse a ela já tinha dito ao anterior ministro. E antes deste já tinha dito ao anterior em reuniões públicas. Deixem a universidade trabalhar. Isso de querer mexer e interferir não permite que as instituições funcionem. Se quisermos ter uma universidade e ensino de referência, se queremos que sejam órgãos que aparecem nos 'rankings' internacionais, é simples: deixem as universidades e escusam de interferir. Vamos deixar as universidades elegerem os seus órgãos e desenvolverem os seus trabalhos. O papel do Ministério é de acompanhar e dar orientações naquilo que a lei prevê. Em pouco tempo, teremos as universidades a entrarem nos 'rankings' internacionais.

E acredita que passa mesmo por aí?

Daquilo que conheço, não estamos muito longe dos outros países. Tirando algumas excepções, é claro.

Está a falar a nível de África?

Sim. Temos outras componentes para resolver, como a melhoria da qualidade dos alunos. Mas isso é um assunto que também podemos paralelamente ir trabalhando. Apesar das dificuldades todas, há alunos que vão fazer pós-graduações lá fora, que são excelentes e que são referência e estudam nas condições que temos hoje. Se

melhorarmos as condições, as referências serão melhores.

Pelo que diz, isso é um problema estrutural e não de quem ocupa a pasta ministerial. Internamente, o que é que o Ministério pode mudar?

O mesmo que se fez nas áreas económicas que se faça no ensino. Mas, em Angola, temos uma deformação que vem da independência. Cometemos o erro de separar o sector produtivo do social. O que importa é o sector produtivo. O social logo se vê. Ou seja, o que é importante é agricultura, indústria, fábricas. A área social continua sempre a ser aquela que vem depois das preocupações. Do ponto de vista legislativo, resolveram-se muitas questões com a aprovação da nova legislação na área económica. Modernizou-se a concepção relativamente a estas áreas. Que se faça o mesmo em relação às áreas sociais, particularmente no ensino superior. E não é assim tão difícil nem vejo necessidade de novas leis. É só mudança de mentalidade. Hoje a prioridade é autonomizarmos as universidades e deixá-las funcionar. E a que mais sofre é a mais antiga. É aquela com mais prestígio e capacidade de resposta muito maior. As outras estão no início, não sentem tanto. Hoje temos na UAN quadros que já davam aulas antes da independência. A engenheira Anabela Leitão é professora desde antes da independência. O professor Mário Frestas também. Eu entrei depois da independência. Há uma tradição e história que devem ser respeitadas.

Sempre que é nomeado um novo ministro, sente que é desta vez que vai haver autonomia?

Temos de ser optimistas. Não gostava de pessoalizar. Não é um problema do ministro. O primeiro grande problema começou com o ministro António Burity da Silva. Ainda nem era Ministério do Ensino Superior. Apenas era da Educação. Isso com a reitora da universidade, Laurinda Hoygaard, que o processo chegou a ser julgado em tribunal. O ministro decidiu interferir directamente. Chocou com a reitora e exonerou-a. O conflito começou aí. Há alguma coisa a nível do Ministério que não percebe muito bem qual é o seu papel em relação às universidades.

talvez seja necessário clarificar esta matéria. Já há alguns anos, o engenheiro João Teta, quando era reitor, começou a ter problemas muito sérios desta natureza com o então ministro do Ensino Superior, o falecido doutor Adão do Nascimento. Ele pediu à faculdade que fizesse um parecer. Foi feito. O conselho científico da Faculdade de Direito preparou um documento, que entregou ao reitor e o reitor mandou para o ministro a explicar o que significa ser tutela. Enviou. O ministro não gostou. Houve uma situação extremamente delicada, a própria faculdade foi chamada pelo ministro. Foi uma reunião em que estive presente, porque era vice-decano para área científica. Foi uma reunião muito complicada. Não sei se resolveu ou não. O problema é antigo. Ao invés de se melhorar, tem vindo

Economia/Política

MINISTÉRIO NEGA QUE TENHA ACABADO COM OS CEIC

Directores dos centros de investigação extintos mantêm-se contra decisão presidencial

EDUCAÇÃO. Professores alertam para o fim da investigação científica nas instituições públicas. Várias vozes no privado juntam-se contra a decisão do Executivo. Há quem defenda uma reforma urgente na investigação para haver outra dinâmica. Ministério defende-se, no entanto, afirmando que não extinguiu a investigação.

Por Isabel Dinis

Depois de sucessivas tentativas para serem ouvidos, os directores dos 11 Centros de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Agostinho Neto (UAN) continuavam sem resposta pelo menos até ao fecho desta edição.

Em Dezembro do ano passado, foi aprovado o decreto presidencial 330/20, de 07 de Dezembro,

que prevê a extinção dos CEIC. O decreto propõe que estas instituições, nas universidades públicas, sejam transformadas em departamentos das faculdades. Os professores contestaram a decisão num documento assinado a 25 de Março e dirigido ao presidente da 6.ª comissão da Assembleia Nacional, com cópias para a ministra do Ensino Superior Ciência, Tecnologia e Inovação, para o reitor da UAN e para o director do Gabinete de Quadros do Presidente da República. Neste documento, os responsáveis dos centros contestam o decreto, alertando que “pode pôr em causa a autonomia de pesquisa

e de pensamento”. Ainda chamam a atenção de que a opção de extinguir os centros, sem que os professores tivessem sido ouvidos, seria “extremamente negativo” para as universidades e poderia “pôr em causa os objectivos e metas definidos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 bem como a aspiração à inclusão de algumas universidades angolanas nos ‘rankings’ internacionais”.

Sem conhecerem a resposta, os centros foram solicitados pela reitoria da UAN a dar um parecer sobre um projecto de decreto presidencial, destinado a revogar o decreto 125/15 de 01 de Junho,



que aprova o regulamento das instituições públicas de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação. No parecer a que o Valor Económico teve acesso, os centros deixam bem clara a discordância de algumas opções do projecto. A principal divergência é de que as universidades não podem criar centros de investigação, ficando dependentes sempre de uma aprovação do Ministério. Os centros entendem que essa é “uma violação ao princípio da liberdade científica das instituições do ensino superior”.

UNIVERSIDADES SEM INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

O director do Centro de Estudos de Direito Público e Ciências Jurídico-Políticas da UAN, Raul Araújo, acredita que o decreto presidencial vai mesmo avançar. “É uma pena, mas, infelizmente, é a realidade que estamos a viver”, comenta (ver entrevista da página 4 a 7).

O académico lamenta a decisão do Governo e critica o facto de os directores dos centros nunca terem sido ouvidos. “Foram ‘ignorados simplesmente’”, resume. Por isso, reforça a ideia de que passar os centros de investigação para unidades orgânicas é “dizer que não

vão fazer nada porque já era assim”. “Quando discutimos a necessidade de criação dos centros, em 2010, foi porque chegámos à conclusão de que era preciso autonomizar o sistema de investigação sob pena de a universidade ficar apenas a dar aulas”, recorda.

Professor há mais de 37 anos, Raul Araújo exemplifica com o que se passa na Faculdade de Direito, na qual a maioria dos professores são juristas e o corpo docente é formado quase na totalidade por colaboradores. “Quem é que vai ficar em ‘full-time’ a trabalhar numa instituição? A Faculdade de Direito está fora de hipótese. E, ainda por cima, são todos juristas. Temos um corpo docente formado quase a 100% por colaboradores. São pessoas que vão lá cumprir as suas obrigações, dão aulas e ficam apenas nas aulas. Não estão disponíveis para fazerem mais nada. Presumo que nas outras unidades orgânicas se passe o mesmo”, explica.

PESQUISADOR DIZ QUE INVESTIGAÇÃO É BAIXA E PROPÕE MUDANÇAS

O investigador angolano do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) Jonuel Gonçalves acredita que Angola precisa de

DE JANEIRO A JUNHO DESTE ANO, os utentes do serviço multicaixa express, efectuaram movimentações na ordem dos 2.294,4 mil milhões kz, um acréscimo de 206,7% comparado com os 748,2 mil milhões movimentados do período anterior, segundo relatório da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS).



Decreto Presidencial, aprovado em Dezembro de 2020, prevê extinção dos CEIC

Ministério diz que centros não foram extintos

O Ministério do Ensino Superior nega que os centros tenham sido extintos com a publicação do decreto presidencial 330/20, de 07 de Dezembro. Em resposta às questões do Valor Económico, o Ministério explica que o decreto não contém nenhuma disposição normativa que determine a extinção dos actuais centros de Estudo e Investigação Científica da UAN ou de qualquer outra instituição de Ensino Superior e que o propósito é “enquadrá-los nas faculdades e institutos superiores, conformando-os à actual legislação”.

Salientando que “continua a defender a existência de centros de Investigação Científica e Desenvolvimento nas instituições de Ensino Superior”, o Ministério explica que foi estabelecida uma nova unidade orgânica especializada que será o Instituto de Investigação Científica e Desenvolvimento para “reforçar e elevar a implementação de actividades de investigação científica e desenvolvimento”.

Refere ainda a tutela que, para clarificar a situação dos centros, foi definido que os mesmos sejam enquadrados na nova estrutura orgânica das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) como centros de Investigação Científica e Desenvolvimento. “Isto deriva do facto de elas cumprirem com a finalidade para as quais foram criadas, a de dinamizar as actividades de investigação científica e desenvolvimento nas faculdades ou institutos superiores de onde originaram ou da respectiva área de actividades ou afins, uma vez que as actividades de ensino, incluindo ao nível da pós-graduação, são organizadas pelas universidades e institutos superiores que, de forma natural, exercem função”, argumenta.

Segundo ainda o Ministério, tanto os Centros de Investigação e Desenvolvimento, como os Institutos de Investigação Científica e Desenvolvimento, passam a dedicar-se “exclusivamente à função investigativa”.

Os Centros de Investigação da UAN

Centros públicos de investigação	Director
Centros de Estudos e Apoio a formação e Investigação	Suzanete da Costa
Laboratório de Engenharia da Separação Reacção Química e Ambiente	Anabela Leitão
Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Sociais	José O. Serra Van-Dúnem
Centro de Pesquisa e Políticas Públicas e Governação Local	Carlos Teixeira
Centro de Estudos de Direito Público	Raul Araújo
Centro de Estudos Avançados em Educação e Formação Médica	Mário Frestas
Centro de Ensino e Ensino E Investigação e População	Ndonga Mufua
Centro para Educação de Ciências da Terra e Sustentabilidade	Emílio Silva
Centro de Estudos e Investigação Científica e Botânica	Manuela Pedro
Centro de Recursos Fitogenéticos	Joana Salvador
Centro de Estudos Investigação Científica e Formação Avançada em Sistemas Informáticos e Comunicação	João Teta

definir uma nova política de pesquisa científica. O economista diz que os centros de investigação científica “estão com um funcionamento muito mais teórico do que real” e que têm uma “produção muito baixa”.

Jonuel Gonçalves afirma desconhecer a causa para a extinção dos centros, mas acredita que a decisão possa estar relacionada com a dispersão de verbas. “O raciocínio deve ter sido este: uma universidade que não faz pesquisa e não investiu não é uma universidade. Só o ensino em si depende da pesquisa. Nunca acompanhamos a inovação, nem nunca produzimos inovação

nem conhecimento aprofundado de diversos aspectos. Não há produção científica nossa.”

O investigador aponta como caminho a manutenção dos centros tal como estão concebidos e que sejam colocados a funcionar ou que cada disciplina em si possa ser uma unidade de ensino e pesquisa ao mesmo tempo. “O docente é obrigado a fazer pesquisa. Esta via só funciona se existir um grande instituto de investigação científica que existe na prática, mas que também tem uma actividade limitada”, comenta.

Para o investigador, esta é uma forma de ter, por um lado, a pesquisa

de terreno em baixa e, por outro, uma espécie de grande coordenação em cima, que tem um corpo permanente de investigadores e convidados que são todos os professores que fazem pesquisa. “Este é o sistema mais simples”, assinala.

Jonuel Gonçalves, a residir actualmente em Portugal, mas com currículo universitário em Angola, África do Sul e Brasil, defende que, se a opção for manter os centros, estes têm de ser obrigados a funcionar com verbas próprias, planos de trabalho e prazos. “O prazo é fundamental. Há investigadores em várias partes do mundo, mas sobretudo em Angola que têm pesquisas

que já estão lá há 10 anos projectadas e não se fazem”, repara.

Ao contrário de Raul Araújo, Jonuel Gonçalves acredita que o facto de muitas faculdades terem apenas professores colaboradores não impede que se faça pesquisa. “Isso não é uma dificuldade. Não me agarro aos nomes das entidades que vão fazer pesquisa. O que me preocupa é que não haja nenhuma ou que existam algumas e não funcionam ou que só funcionam teoricamente. Ter um centro e ele não funcionar é um problema. Se funcionar, deve continuar.”

O economista diz que os professores têm de fazer pesquisas e “não se podem limitar e dar aulas e ir para casa”. “O professor tem de fazer pesquisas. Tem de escrever artigos. Um professor é classificado em função da sua produção como docente e do que escreveu”.

ALVES DA ROCHA LAMENTA DECISÃO DO GOVERNO

O director do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica lamenta a decisão do Governo e assegura que os centros de investigação das universidades públicas têm “trabalho feito e provado”.

Alves da Rocha não entende as

razões que podem levar o Ministério do Ensino Superior a propor ao Presidente da República a extinção destes centros, mas acredita ser “um recuo na investigação científica feita no país”. “Se foi possível pô-los a funcionar no meio de tanta dificuldade é porque estes centros têm valia e têm apresentado resultados”, contrapõe. “Custa-me acreditar que o senhor Presidente da República, juntamente com a sua assessoria, tenha concordado em transformar os centros de investigação em departamentos das faculdades”, frisa.

O docente universitário teme ainda que a “investida” aos centros de investigação públicos possa também atingir os centros privados, criticando o MPLA por “querer chegar a todo o lado”. “O meu receio é que esta investida contra os centros atinja também as universidades privadas. Nada me garante que também não se possa ir por aí, que as universidades não podem ter centro de investigação”, receia.

Alves da Rocha vaticina que, se isso acontecer, “o país vai ficar sem centros de investigação independentes e objectivos e que sempre que os ‘rankings’ internacionais forem publicados não se deve ficar espantado se Angola não constar neles”.

Economia/Política



TRAVÃO NA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA

Falta de infra-estruturas na ZEE e PDIV 'apavora' empresários

PRODUÇÃO NACIONAL. Falta energia, água, iluminação pública e vias de acesso na Zona Económica Especial e Pólo Industrial de Viana, tidos como motores para a diversificação da economia. Entre velhas promessas, MEP remete-se ao silêncio, enquanto IDIA diz estar dependente do aval do Presidente da República, para dar vida aos Pólos. Por sua vez, economista antevê desinvestimento privado pela falta de condições.

Por Guilherme Francisco

As lamentações vêm de há muito tempo, acompanhadas de promessas de melhoria das condições nunca concretizadas, na Zona Económica Especial (ZEE), agora Zona Franca, e no Pólo de Desenvolvimento Indus-

trial de Viana (PDIV). As dificuldades nos dois pontos considerados estratégicos no que toca à produção nacional são as mesmas. Falta de tudo: água da rede pública, iluminação, energia eléctrica, segurança e vias de acesso.

Na ZEE, a região infra-estruturada é aquela em que a petrolífera Sonangol implantou unidades e onde se encontram maioritariamente as fábricas incluídas no programa de privatizações. “O resto é

uma maré de dificuldades”, conta uma empresária, sob anonimato por conta das “represálias sofridas em resultado de querer falar sempre das dificuldades a que estão expostos os empresários”. Na zona em que está implantada a fábrica desta empresária não existe asfalto, reina poeira, não há acesso à água potável, fundamental no processo produtivo, o que a leva a depender da solidariedade de uma outra indústria que conseguiu por conta

própria ter água através de uma conduta próxima.

A empresária explica, lamentando, que produz essencialmente à base de energia alternativa, através de geradores. Como resultado, os custos são elevados. Só de combustível, são necessários acima de 200 litros por semana, sem contar com os cerca de 400 kwanzas que gasta pela energia da rede, apesar de não utilizá-la plenamente.

À semelhança da ZEE, os

empresários instalados no PDIV lamentam e enumeram as mesmas dificuldades. Recentemente, a Fabrimetal foi obrigada a investir numa subestação de energia própria para aumentar o seu nível de produção. Luís Diogo, director-geral, ao Valor Económico, disse que os problemas estruturais acabam por afectar na qualidade dos bens e serviços.

“Quando se tem instalada uma indústria numa zona onde não há

O PRESIDENTE, João Lourenço, aprovou na semana passada créditos adicionais no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2021 de 116,7 mil milhões kz para o Gabinete de Obras Especiais (GOE) e para o Ministério dos Transportes.

74,4

Milhões USD, parcela do orçamento do plano de desenvolvimento industrial que será canalizada para as infra-estruturas.

120

Milhões USD, custo do plano de desenvolvimento industrial

infra-estruturas, água, as coisas básicas para que isso aconteça, não se pode exigir ao empresário que faça investimentos adicionais na qualidade”, entendeu.

Já o director da Topack, Diogo Ferraz, explica que a fábrica, com capacidade instalada de produzir 800 mil toneladas de plástico e 850 mil toneladas de pet (garrafas de plástico) por mês, recorre a meios próprios para garantir a produção. “Ainda compramos água em camiões-cisterna, temos ainda, por alguns momentos, dificuldade eléctrica e uma variedade na tensão acaba por danificar máquinas e equipamentos”, explica, inquieto também com a questão de segurança pública.

O cenário torna-se mais caótico em tempos de chuva, porque existem áreas em que até camiões têm imensas dificuldades de circular, comprometendo o reabastecimento das matérias-primas e a entrega dos produtos aos clientes. Enquanto os ligeiros não conseguem ter acesso.

DIVERSIFICAÇÃO COMPROMETIDA

No entender do economista Eduardo Manuel, a falta de infra-estruturação dos Pólos Industriais e da ZEE, agora Zona Franca, constitui entrave para o crescimento da economia angolana e retrai a atracção de empresas industriais, o que, consequentemente, mancha a política de diversificação da economia.

MEMORIZE

● **O director** do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola, Dário Camati, reconhece a falta de condições nos pólos industriais. E explica que está à espera da aprovação do Plano de Desenvolvimento Industrial, a merecer apreciação do Presidente da República, depois da consulta pública, para que se possa dar “outra vida” aos pólos.

“Não deixa de ser um factor problemático para a diversificação da economia, visto que, para que se possa desenvolver o sector industrial, as empresas que actuam ou que pretendam actuar neste sector deverão ter condições para a sua operacionalidade. Ou seja, estas empresas deverão ter acesso às infra-estruturas básicas (água, energia, telecomunicações) porque caso contrário será muito arriscado investirem”, observa.

Para Eduardo Manuel, os constrangimentos representam um “factor problemático” para a integração na zona de comércio livre. E antevê que o país poderá viver uma situação de eventual deslocalização do seu investimento directo estrangeiro (IDE) já realizado e das eventuais intenções de IDE para outros países-membros da Zona de Comércio Livre, incluindo os países-membros vizinhos. “Isso compromete não só o processo de diversificação económica, mas também a geração de emprego e de receitas. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficará mais dependente das receitas petrolíferas e diamantíferas”, alerta.

O economista recomenda investimento “urgente” na infra-estruturação dos Pólos e, sobretudo, das Zonas Francas. E recorda que a materialização desta necessidade pode ocorrer através de parcerias público-privadas ou mesmo pela via da privatização parcial ou total, desde que seja efectivado diante de antecipado estudo e baseado nos objectivos que se pretende alcançar a nível do crescimento e desenvolvimento económico local.

PR APRECIA PLANO DO IDIA
O director-geral do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (IDIA), Dário Camati, reconhece a falta de condições nos pólos industriais. E explica que está à espera da aprovação do Plano de Desenvolvimento Industrial, a merecer apreciação do Presidente da República, depois da consulta pública, para que se possa dar “outra vida” aos pólos.

O plano, a depender de verbas do OGE, está avaliado em 120 milhões de dólares e mais de 62,5% do valor (mais de 74,4 milhões) será destinado à infra-estruturação dos pólos de desenvolvimento industrial. O gestor acredita na aprovação do plano este ano e na sua execução em 2022. “Tivemos um período em que o investimento público foi reduzido, por esta razão, não estamos alheios a esta realidade, apesar de haver uma componente privada no próprio plano, o grosso do investimento a ser feito é público”, salienta.

Particularizando o PDIV, sublinha que a questão da energia eléctrica terá melhorias em breve trecho. Foi construída uma nova subestação de energia para ‘alimentar’, em pleno, todas as fábricas do perímetro, com capacidade de 100 megawatts contra os cinco actuais.

MERCADORIAS EM LUANDA

Valor do frete pode disparar até 80%

O Núcleo de Camionistas de Luanda (NCL) defende uma nova tabela de preços para o transporte de cargas, propondo 180 mil kwanzas para o contentor de 40 pés e 150 mil kwanzas para o de 20 pés, contra os actuais 120 e 100 mil kwanzas, ou seja, um aumento de 50% e 80%, respectivamente.

Oswaldo Mateus, presidente desta organização que junta os camionistas da capital, antecipa que já existem concertações com os parceiros e justifica a necessidade de aumento dos preços com o alto custo de manutenção e das peças de reposição. “Um pneu custa, na loja do libanês, 150 mil kwanzas. Se for à loja de material português, está a 273 mil kwanzas e o pneu de trás a 320 mil kwanzas”, compara.

Notando que, até Dezembro de 2020, a situação era ainda “mais dramática”, Mateus lembra que os motoristas carregavam contentores de 40 pés por 50 mil kwanzas, dos quais eram descontados cinco mil para pagar ao ‘intermediário’ que ajudava na procura de clientes. “A carregar o frete a 45 mil kwanzas, não restava nada para a reserva”, confere, recordando que o núcleo bateu a diversas portas para reivindicar o reajuste dos preços, inclusive no Ministério das Finanças que respondeu “que não tinham uma resposta”.

No entanto, consensos posteriores com outros parceiros, no caso importadores, transitário e despachantes, levaram à definição da tarifa em vigor, no caso

a de 120 e a 100 mil kwanzas. Valores que, descontado o custo do intermediário e dos impostos, recuam para entre 70 mil e 90 mil kwanzas.

POLÍCIA E VIAS ENTRE AS DIFICULDADES

Os camionistas de Luanda apresentam o mau estado das estradas, sobretudo as vias de acesso à cidade, e os constrangimentos criados por agentes da Polícia como as principais dificuldades. “São várias as intransigências. O camião que apresentar, por exemplo, um retrovisor quebrado ou um pneu careca é alvo de multa”, explica Oswaldo Mateus, pedindo “compreensão” à Polícia, face aos “elevados” custos de manutenção, ao mesmo tempo que aponta para o objectivo de renovação da frota. “Mas, em Angola, somos obrigados a usar [os camiões antigos], porque o Governo não facilita a compra de novos”, critica.

MERCADO DO LUVO SALVA NEGÓCIO

O mercado do Luvo tem sido, nos últimos anos, a ‘salvação’ dos camionistas, visto que muitos importadores decidiram trocar Angola por Moçambique e África do Sul, como observa o presidente da associação que agrega os camionistas de Luanda.

“Os importadores conseguiram abrir o Luvo e este local tornou-se central, é para lá aonde vão os contentores para se conseguirem dólares porque Angola perdeu muitos importadores de grandes mercadorias”, termina.

Oswaldo Mateus, presidente do Núcleo de Camionistas de Luanda (NCL)



Economia/Política

NO PRIMEIRO SEMESTRE

Governo contratou 44,7% da dívida prevista para este ano

FINANCIAMENTO. Nível de contratação indicia que o Governo não reestruturou a captação prevista, mesmo depois de beneficiar da moratória de serviço da dívida que permitiu poupança de cerca de 3 mil milhões de dólares, segundo cálculos oficiais.

Por César Silveira

Nos primeiros seis meses do ano, o Governo assinou acordos de financiamento externos no valor de 2,405 mil milhões de dólares, correspondente a cerca de 44,7% do financiamento previsto no Plano Anual de Endividamento 2021, que é de 5,37 mil milhões de dólares.

Os números indiciam que, apesar da suspensão do pagamento da dívida no âmbito da iniciativa DSSI (que permitiu uma ‘poupança’ de cerca de 3 mil milhões de dólares até ao final do ano), o Governo não reestruturou a captação de

recursos da dívida externa prevista para 2021.

Alguns especialistas defendem, no entanto, que a reestruturação da captação da dívida levaria à redução do endividamento previsto para este ano, o que, por sua vez, reduziria o esforço financeiro a ser aplicado nos próximos anos, face à necessidade de honrar os serviços previstos com os mais os 3 mil milhões de dólares cujo pagamento ficou adiado.

“Esse é que deve ser o raciocínio. Se há que poupar, há que poupar de uma forma racional, de uma forma estratégica para que, no final do dia, se permita a implementação de projectos de investimentos públicos”, defende, por exemplo, o economista Alves da Rocha. No entanto, para o economista do Centro de Investigação da Universidade Católica, mais do que “estas leituras que devem ser feitas, o mais importante é saber

para onde vai o dinheiro dos financiamentos”.

O QUE SE CONTRATOU NO PRIMEIRO SEMESTRE

Dos financiamentos contratados no primeiro semestre do ano, destacam-se os 910 milhões de dólares ao consórcio de bancos integrado pelo Standard Chartered Bank (Hong Kong) Limited na qualidade de líder do consórcio e agente BNP Paribas – Credit Agricole Corporate and Investment Bank e outras instituições financeiras para o financiamento do Projecto de Abastecimento de Água do BITA. Para o mesmo projecto, foram negociados ainda 167,41 milhões de dólares com o Standard Chartered Bank, na qualidade de Initial Mandated Lead Arranger e o Agente Standard Chartered Bank (Hong Kong), Limited, como mutuário originário e outras instituições financeiras.

Foi ainda aprovado o acordo no valor de 700 milhões de dólares para “financiamento à tesouraria, denominado Development Policy Financing Operation (DPF2)” com o International Bank for Reconstruction and Development (IBRD), ao abrigo do ‘projecto de estabilização macroeconómica e financiamento da política de desenvolvimento inclusivo e diversifica-



Composição dos Desembolsos Externos

Eurobonds:	0,00 (0%)
Linhas de crédito	3,995,5 (100%)
Em Contratação	860,75 (22%)
Em Execução	3 134,80 (78%)
Total	3,995,5 (100%)

ção económica’.

O terceiro maior valor contratado foi de 417 milhões de dólares para a cobertura do projecto de melhoria e acesso ao sector eléctrico, integrados no programa de reforma do sector eléctrico. Deste valor 250 milhões de dólares foram rubricados com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e os restantes 167 milhões com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

No global, o Governo assinou, no período em análise, seis acordos de financiamento em que constam ainda mais de 85,4 milhões de dólares para a cobertura da segunda fase do ‘projecto de ino-

vação da segurança pública’. Além dos 2,404 mil milhões de dólares, o Governo aprovou ainda uma garantia soberana ao Acordo Individual de Financiamento (Individual Loan Agreement) para um projecto privado avaliado em cerca de 56 milhões de euros.

CONTRATO PARA OS PRÓXIMOS ANOS...

Para este ano, entretanto, o Governo só projectou gastar 860,75 milhões de dólares do valor contratado ao longo do exercício. Ou seja, apenas 22% do financiamento previsto para despesas este ano estão previstos para saírem de acordos assinados ao longo de 2021. Os outros 78%, ou 3.134,8 milhões, sairiam de financiamentos já em execução.

Dos contratos assinados, apenas os 700 milhões contratados para financiamento à tesouraria têm carácter de desembolso imediato, visto que os demais ficam sempre dependentes do nível de execução dos projectos.



OS NOVOS PLANOS DE NET CHEGARAM!



	PREÇO	VOLUME	VALIDADE
PLANO SEMESTRAL	70.000 KZ	100 GB	180 DIAS
PLANO ANUAL	130.000 KZ	200 GB	365 DIAS

ACTIVA O TEU PLANO NO MULTICAIXA EXPRESS OU INTERNET BANKING.
PODES ACTIVAR TAMBÉM NUMA LOJA OU AGENTE UNITEL.

Liga *111#
www.unitel.ao



Mercados & Negócios

'CASO ESPERAZA'

Sonangol anuncia vitória, mas Isabel dos Santos recorre

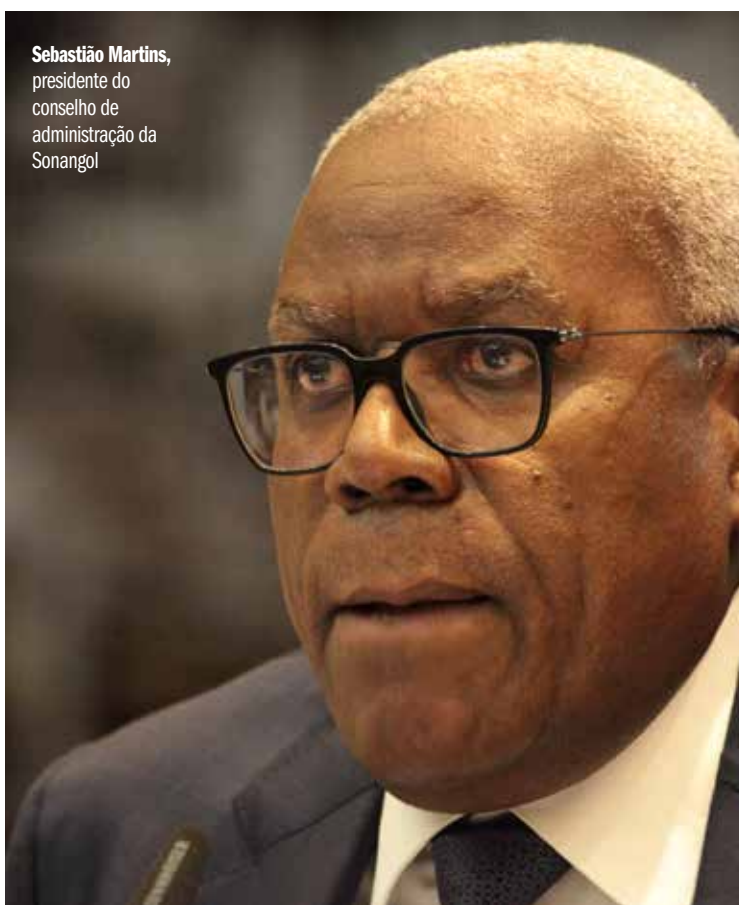
Por César Silveira

A Sonangol garante que será reintegrada como accionista única da Esperaza Holdings BV na sequência da decisão do Instituto Arbitral da Holanda em relação ao litígio sobre os 40% da empresa em posse da Exem Energy, como resultado de um contrato de cedência realizado em 2006.

A litigação entre as partes iniciou em 2019 por iniciativa da Exem Energy devido ao pagamento da última tranche pela cedência dos 40%, mas que foram devolvidos pela Sonangol pelo facto de o pagamento ter sido realizado em kwanzas.

No seu comunicado, a Sonangol dá conta que, após a análise das provas documentais e condução de uma audiência probatória de sete dias, o Tribunal Arbitral concluiu que a transição pela qual a Exem pretendia adquirir sua participação na Esperaza estava contaminada por ilegalidade. “Com base nas conclusões factuais, o Tribunal declarou a transacção nula e sem efeito e que a Sonangol seja considerada legítima proprietária de 100% da Esperaza Holding BV”, informa a petrolífera, que estima em cerca de 700 milhões de dólares os 40% em disputa. A Exem foi ainda condenada a pagar com os custos do processo.

EXEM PROMETE RECORRER No entanto, a Exem promete recorrer por “não concordar com a decisão deliberada pelo painel de três árbitros”, defendendo que, “nesta decisão arbitral, a narrativa polí-



Sebastião Martins, presidente do conselho de administração da Sonangol

tica se sobrepõe claramente à análise jurídica”. “Por esta razão, uma vez que não se pode concordar, em termos jurídicos e factuais, com a decisão arbitral, será interposto recurso judicial junto do Tribunal competente”, refere a empresa.

Em comunicado, a empresa de Isabel dos Santos e Sindika Dokolo alega que a equipa de árbitros “decidiu serem suficientes apenas as alegações apresentadas pela Sonangol, não se tendo pronunciado sobre as provas e documentos apresentados pelos advogados de defesa da Exem”. Ou seja, não se pronunciou sobre a questão levada pela Exem que tinha que ver com a possibilidade ou não de pagar o remanescente em kwanzas. “Ressaltar que o pagamento do referido remanescente foi efectuado pela Exem em Outubro de 2017, em kwanzas, den-

tro do prazo contratualmente acordado, mas a Sonangol devolveu os valores, quatro meses depois, alegando que o pagamento só poderia ser feito em euros”, lembra a Exem. E recorda ainda que, “durante mais de 15 anos, em momento algum – até ter sido colocada a acção pela Exem – a Sonangol colocou em causa o contrato de venda de participação da Esperaza à Exem”. “Durante todos estes anos, a Sonangol nunca colocou em causa a validade do contrato de venda da participação e acções à Exem e sempre declarou nos seus relatórios e contas (auditados) que apenas detinha 60% da Esperaza Holdings BV, tendo recebido os dividendos que lhe cabiam no âmbito do mesmo investimento.” A Esperaza é detentora de 45% da Amorim Energia, esta que detém 33,34% da Galp.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA ZONA CONJUNTA
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
 A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na Zona de Interesse Comum está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras favoráveis a Angola. Pág. 14

PETROLEO
Potencial do onshore ignorado
 Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos, como uma forma de mitigar o risco de produção onshore em Angola. A marginal, abaixo dos 3%, com tendência a tendência mundial 6%, de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza
 A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (ABERAN) é o autor de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no âmbito de acções com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas
 Empresa de Produção de Electricidade - PROCEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que deverão abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
 A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inserido no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais evitam que o Governo não admita, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Pág. 10-11

Moedas: **USD** 150,9 x2 (+0,3) **EUR** 181,02 x2 (+0,7) **LIBRA** 225,7 x2 (+0,3) **YUAN** 22,7 x2 (+0,1) **RAND** 10,5 x2 (+0,1)

Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

O INSTITUTO DE GESTÃO DE ACTIVOS e Participações do Estado (Igabe) inicia esta quarta-feira, 28, o ciclo de reuniões com investidores internacionais para promover o Programa de Privatizações (Propriv), começando por encontrar-se com investidores portugueses.

QUEIXAS DE PERSEGUIÇÕES NO CFL

Trabalhadores e administração em troca de acusações

CONFLITO LABORAL. ‘Braço-de-ferro’ entre trabalhadores do CFL e actual conselho de administração da empresa sem fim à vista. Há troca de acusações e funcionários a dizerem-se “perseguidos”.

Por Pedro Nvakata

Depois de terem levantado uma greve, em 2019, que durou mais de um mês, causando prejuízos avaliados em 32 milhões de kwanzas, os trabalhadores do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) queixam-se de “perseguições” e “retaliações” por parte da administração liderada por Júlio Bango Joaquim, que resultou na expulsão dos responsáveis do Sindicato Independentes dos Ferroviários de Angola (Sifa).

O *Valor Económico* apurou que, depois da última greve, a 14 de Abril de 2019, vários elementos afectos ao extinto sindicato dos trabalhadores foram

expulsos e os que permaneceram estão proibidos de falar aos órgãos de comunicação social, sob pena de serem “duramente sancionados”.

No entanto, mesmo antes da marcação da greve, o conselho de administração tinha considerado o sindicato ilegal. “Temos medo”, clama um dos trabalhadores, sentenciado que, após a greve, o CFL se “tornou um local de ‘caça’ onde quem expõe a sua inquietação é visto como alvo a ser abatido”. Outro funcionário endossa que, depois da extinção do sindicato, “até então o único refúgio para a resolução de problemas”, os trabalhadores começaram a “viver momentos de muito sufoco”. “Os nossos direitos são violados”, queixa-se.

O porta-voz do CFL, Augusto Osório, nega categoricamente as acusações dos trabalhadores e garante que “não há perseguições por parte de ninguém”. “Não há aqui retaliação a ninguém por prestar alguma

declaração à imprensa e por reivindicar aquilo que pensa que é o seu direito”, refere. Osório acusa ainda membros do ex-sindicato do Sifa, pertencente à Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CG-Sila), de desviarem bens da empresa, motivo que terá provocado a expulsão de três trabalhadores. O porta-voz lembra que a greve “foi considerada ilegal pelo tribunal” e o “grupo que se auto denominava sindicato foi proibido de exercer actividade por estar ilegal”. “As pessoas que participaram na greve não foram penalizadas em decorrência da própria greve, há três pessoas que foram expulsas, porque estiveram envolvidas em desvios de bens da empresa”, reforça.

No entanto, Augusto Osório reconhece existirem trabalhadores a ganhar 40 mil kwanzas, mas avisa que não haverá reajuste salarial em função da situação pandémica. “O nível salarial é baixo e nos acordos não ficou o compromisso de se aumentarem os salários por incapacidade financeira, e com a questão da pandemia ainda pior”, afirmou.

Outra fonte, ligada ao sindicato extinto, garante serem “falsas” as acusações e que “servem de pretexto para explicar a falta de transparência e de liberdade de expressão” no CFL. No entanto, admite que o sindicato



Produção do CFL em números

Receitas de Exploração	Planificado	Realizado
Transporte de passageiros	320.421.528,00	84.762.597,00
Transporte de mercadorias	435.911.091,96	42.436.607,84
Transporte de brita	202.632.999,96	-----
Transporte de combustível	154.767.456,00	10.045.102,72
Transporte de diversas mercadorias	78.510.636,00	32.391.505,12
Total de receitas de exploração	756.332.619,96	127.199.205,29

não tinha uma certidão de legalização, apesar de ter autorização do Ministério da Justiça, o que levaria à greve.

Por sua vez, o secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (Unta-CS), Manuel Viage, garante que a empresa dispõe de um sindicato que zela pelos direitos dos trabalhadores.

A empresa teve dois sindi-

catos, um afecto à Unta e outro ligado à CG-Sila. Uma fonte da empresa garante que grande parte dos trabalhadores do CFL fazia parte da organização ligada à CG-Sila e critica a Unta por se revelar, desde o início, “um sindicato que defende os interesses da entidade patronal”. “Os seus responsáveis estão em conluio com o actual conselho administrativo”, acusa.

DE JURE

VOTAÇÃO POR UNANIMIDADE

Deputados aprovam envio de apoio a Moçambique

A Assembleia Nacional aprovou esta terça-feira (27), por unanimidade, o envio de militares angolanos para apoiar o combate ao terrorismo em Moçambique integrados na Força em Alerta da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla inglesa). A resolução decorre de uma solicitação do Presidente João Lourenço, enquanto comandante-em-chefe das Forças Armadas Angolanas (FAA).

A componente integra dois oficiais, no âmbito do mecanismo de cooperação regional, oito oficiais no Comando da Força e dez tripulantes da aeronave de projecção

aérea estratégica do tipo IL-76.

No diploma, os deputados indicam que Angola é estado-membro da SADC desde que a organização foi fundada em 1980 e que os estados-membros “estão determinados a cooperar com Moçambique face à situação de insegurança prevalente, caracterizada por actos terroristas contra civis, mulheres e crianças inocentes em alguns distritos da província de Cabo Delgado”.

A matéria foi analisada na véspera em reunião conjunta das Comissões de Trabalho Especializadas, de Defesa, Segurança Ordem Interna, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria; de Assuntos Constitucionais e Jurídicos; e de Relações Exteriores, Cooperação Internacional

e Comunidades Angolanas no Estrangeiro, que recomendaram à Assembleia Nacional que se pronunciasse favoravelmente quanto ao envio da componente angolana da Força em Alerta.

Em Cabo Delgado, já se encontra um contingente de mil militares e polícias do Ruanda para a luta contra os grupos armados, no quadro de um acordo bilateral entre o Governo moçambicano e as autoridades de Kigali.

Grupos armados aterrorizam a província de Cabo Delgado desde 2017, sendo alguns ataques reclamados pelo grupo Estado Islâmico.

Há mais de 2.800 mortes, segundo o projecto de registo de conflitos ACLED, e mais de 800 mil deslocados.



NA LUNDA-NORTE

Procurador promete mais celeridade processual

Nova dinâmica e celeridade no tratamento de processos sobre corrupção, peculato e tráfico de influência, sobretudo os que envolvam gestores públicos são algumas das garantias do novo procurador titular.

Segundo Mário Salvador Gama, à imprensa, para o alcance desse desiderato, prevê indicar alguns juizes para se dedicarem, única e exclusivamente, aos processos ligados aos referidos crimes, com vista à responsabilização dos transgressores.

“Vamos trabalhar para acabar com a letargia que se regista no tratamento dos processos-crime de peculato, corrupção, tráfico de influência, branqueamento de capitais, entre outros, que condicionam o desenvolvimento socioeconómico da província”, indicou Gama, prometendo dedicar-se, igualmente, aos crimes de tráfico de diamantes, seres humanos, migração ilegal, contrabando de combustível, entre outros delitos económicos.

NO BENGO

Internato atrasa Julgado de Menores

A procuradora da República no Bengo, Carla Patrícia Correia, admite que a falta de um centro de internamento de crianças na província está a condicionar a abertura de uma sala do Julgado de Menores.

Durante as Jornadas de Consciencialização Jurídica recentemente realizadas, a magistrada do Ministério Público garantiu que o Estado “está a envidar esforços para criar a Sala do Julgado de Menores nos próximos tempos, o que, no entanto, está dependente da construção de um centro de observação e de internamento para a reeducação das crianças”.

“A justiça de menores é uma área multisectorial que precisa de envolvimento de toda a sociedade, por isso, o internamento da criança constitui a melhor medida que deve ser tomada”, defendeu. Correia garantiu igualmente que a Procuradoria-Geral da República vai continuar a mobilizar os cidadãos para a elevação da consciência jurídica, levando-os a exercer um papel mais activo na luta contra os crimes.



NÚMEROS QUE EXPLICAM A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS

Olimpíadas das mentes sãs em bolsos cheios

JOGOS. Contra (quase) todas as previsões, feitas em 2020, os Jogos Olímpicos arrancaram mesmo a semana passada. Apesar da pandemia covid-19 e dos riscos, mesmo controlados. Falou mais alto o interesse dos atletas e sobretudo o das empresas. Mais do que uma competição para “corpo são em mente sã”, as Olimpíadas são dominadas pelo dinheiro. Em especial em Tóquio, que investiu muitos milhões. Assim se explica que os Jogos Olímpicos não tenham sido anulados, apenas adiados.

15,4 mil milhões usd

O novo Estádio Nacional de Tóquio foi todo reformulado para receber as Olimpíadas. A construção bateu um novo recorde de investimentos em infra-estruturas para acolher uma competição olímpica. Se não houvesse os Jogos, analistas económicos garantem que os danos para a reputação do país mais industrializado do mundo seriam incalculáveis. Do dinheiro gasto nos Jogos de Tóquio, 6,7 mil milhões provêm de fundos públicos.

549 milhões de dólares

Valor entregue pelo COI em 2020 aos comités olímpicos nacionais. As receitas distribuídas pelo COI representam para muitos países uma forma de receita que chega a ser 25% do PIB. Mas também os mais ricos não prescindem destas receitas. Por exemplo, quando se admitiu, pela primeira vez, o cancelamento dos Jogos, a Associação Olímpica Britânica avisou que poderia haver “um colapso financeiro”.

Centenas de milhões de dólares

Valores dos patrocínios das diversas competições e das selecções olímpicas. O valor final só é determinado um mês depois do fim da competição.

3 mil milhões usd

Cerca de 60 empresas japonesas pagaram mais de 3 mil milhões para patrocinarem os Jogos. Antes do ‘tiro de partida’, quase todas elas demonstraram receios caso se agrave o número de casos de covid-19. Não querem ficar associadas a uma competição que ameaça agravar a pandemia.

1,4 milhões de dólares

Valor pago, em leilão, por uma medalha de ouro conquistada por Jesse Owens, o afro-americano que bateu cinco recordes mundiais na Alemanha, em 1936, humilhando Adolf Hitler

4 mil milhões usd

Valor calculado de receitas obtidas apenas pelos direitos de transmissão televisiva. Sem jogos, o Comité Olímpico Internacional (COI), responsável pela organização e direcção dos jogos, teria de reembolsar esse valor. Os direitos televisivos representam 73% da receita do COI. A restante é proveniente da publicidade estática (este ano, não há venda de bilhetes).

5.000 medalhas

O site oficial das Olimpíadas de Tóquio 2020 revela que foram produzidas cerca de cinco mil medalhas olímpicas.

1,25 mil milhões Usd

Receitas das televisões norte-americanas durante os Jogos Olímpicos. É, para os EUA, a competição mais lucrativa. Em Março de 2020, antes de se saber que os Jogos seriam suspensos, a NBC Universal, que detém os direitos no país, anunciava a venda de 1,25 mil milhões de dólares só em publicidade de anunciantes nacionais. A quatro meses da data prevista para a cerimónia de abertura.

850 dólares

Valor de cada medalha de ouro. A avaliação só tem em conta a cotação do ouro e não contabiliza os custos com a mão-de-obra e design. A medalha de prata está avaliada em 452 dólares e a de bronze vale apenas 5 dólares (é feita de zinco, com um revestimento de cobre).

206

Nações

33

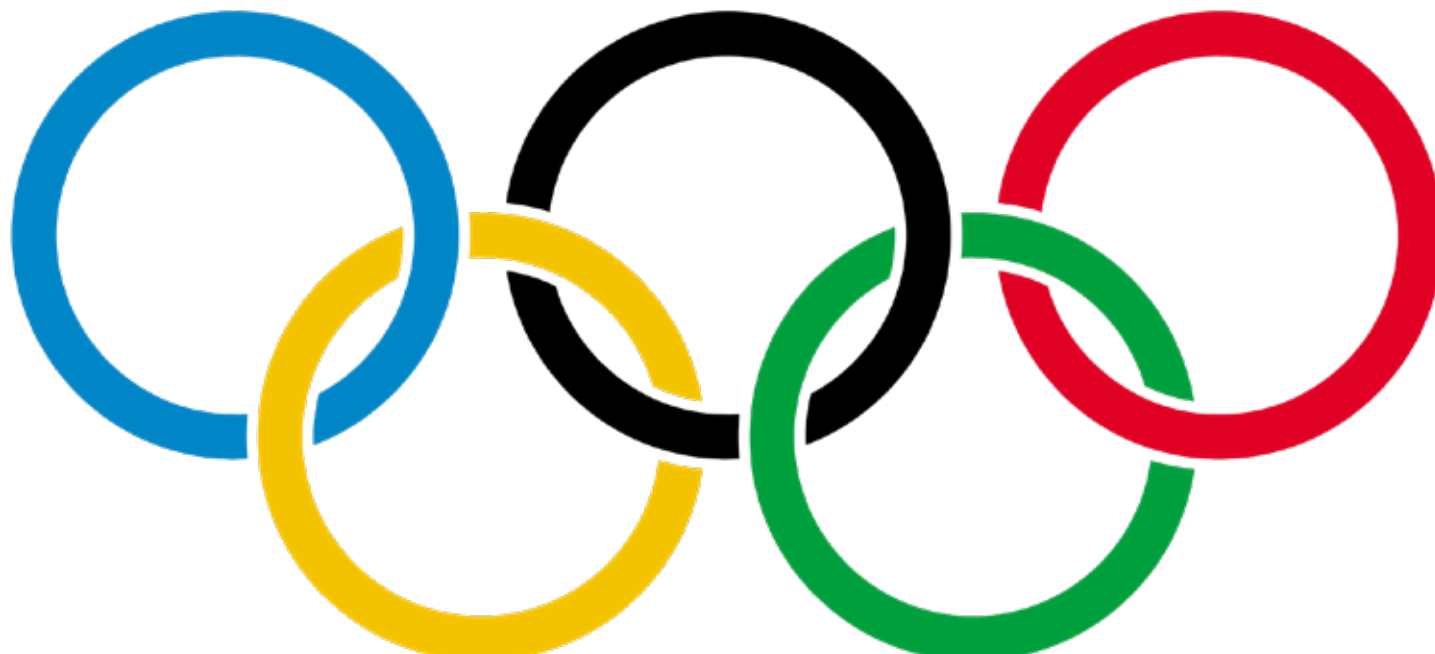
Modalidades

339

Eventos

11.090

Atletas



(In)formalizando

APESAR DA PANDEMIA

Três mercados fazem mais de 162 milhões kz/mês

RESULTADOS. Apesar da pandemia e das restrições, mercados informais movimentam milhões em moeda nacional. Valores são repartidos entre o Estado e as administrações para a cobertura das despesas operacionais. Ainda assim quem gere o dia-a-dia queixa-se de vários constrangimentos e de custos elevados.

Por Pedro Nvakata

Os mercados do Kikolo, dos Kwanzas e do KM 30, todos em Luanda, têm uma facturação conjunta acima dos 162 milhões de kwanzas por mês.

Repartidos em 52 milhões para o primeiro, 10,5 milhões para o segundo e cerca de 100 milhões de kwanzas para o terceiro, os números da facturação foram revelados por funcionários dos três mercados, apesar da recusa da administração do mercado do KM 30 em fornecer os dados.

Segundo apurou o **Valor Económico**, 70% das receitas são canalizadas para a Conta Única do Tesouro, ao passo que o remanescente é destinado para a cobertura das despesas operacionais dos mercados.

Mas nem por isso as administrações dos mercados estão livres de problemas. No Kikolo, por exemplo, fontes da comissão de gestão do mercado, nomeada em Maio pela administração municipal de Cacucaco, apontam a falta de um sistema de recolha de lixo como um dos grandes constrangimentos, já que obriga a despesas mensais de



300 mil kwanzas. “Gostaríamos que a administração municipal nos apoiasse com equipamentos para que pudéssemos realizar trabalhos de limpeza. Não temos meios e todos os dias a administração aluga motorizadas de três rodas, as ‘kupapatas’, às quais chegamos a pagar 15 mil kwanzas por dia. Convertendo estes valores, poderiam muito bem servir para a compra

de uma motorizada”, sublinha um dos membros da comissão. O mesmo que se queixa dos moradores do bairro vizinho que têm transformado o mercado “num verdadeiro aterro sanitário”.

A falta de iluminação é outra ‘dor de cabeça’. Os vendedores queixam-se do elevado índice de assaltos no período nocturno e já fizeram uma proposta

à administração para a contratação de uma empresa, pública ou privada, para colocar postes de iluminação. Mas aguardam por uma resposta.

PREÇOS "SEMPRE A SUBIR"
Saltando para os Kwanzas, a comissão de gestão deste mercado, liderada por Arsénio Gonçalves, identifica como principal dificuldade a “pouca adesão” dos vendedores, já que muitos preferem ficar em casa, por terem idade de risco e, por conseguinte, sujeitos a apanhar o vírus, assim como por causa da subida dos preços dos produtos do campo. “Com a pandemia, as grandes dificuldades vêm dos nossos vendedores, que reclamam da subida constante dos produtos, sobretudo os do campo, que eram muito baratos por causa da frente Norte, por ser o forte do nosso mercado”, explicou.

Outra questão que preocupa Arsénio Gonçalves prende-se com a falta de água causada pela interrupção por decisão da Epal e que já dura há, pelo menos, cinco meses. “Temos de estar a comprar água todos os dias. De dois em dois dias, temos de abastecer os nossos tanques e os valores expendidos rondam entre os 50 e 60 mil kwanzas semanais, perfazendo um total de 200 a 240 mil kwanzas mensais”, confere.

MEMORIZE

- O **Valor Económico** apurou que 70% das receitas são canalizadas para a Conta Única do Tesouro, ao passo que o remanescente é destinado para a cobertura das despesas dos mercados.

Qualidade e excelência no fornecimento de
PRODUTOS, SERVIÇOS & SOLUÇÕES INTEGRADAS
em **Informática e Telecomunicações**

DELL Technologies
TITANIUM PARTNER

SOMOS PARCEIROS QUALIFICADOS
E AUTORIZADOS PELA **DELL** PARA
DAR SUPORTE AOS SEGUINTE
PRODUTOS:

Powermax &
Vmax Family

Unity

VNX

Data Domain

Avamar

Para mais informações, ligue:

 **939 691 313**

OMNIdata
Informática e Telecomunicações

SEDE

www.omnidata.co.ao

f in @

Condomínio Belas Business Park, Edifício Namibe - Piso 8 - Talatona - Luanda - Angola

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Enquanto nos EUA as viagens comerciais ao espaço se vão banalizando pela mão de multimilionários como Jeff Bezos; enquanto a China, apesar das chuvas torrenciais, celebra a erradicação da malária depois de se tornar, no final do mês passado, o quadragésimo território a vencer a doença (QUEM NOS DERA!); enquanto os ministros das Finanças dos G20 discutiam um acordo global que vai taxar os gigantes digitais como a Google e o Facebook para que paguem mais impostos que vão servir, por exemplo, para acautelar situações e ajudar a mitigar situações como a pandemia do covid-19; enquanto isto tudo se passa lá fora, a nossa actualidade continua a ser marcada por compras e vendas de ‘militontos’ (essa expressão tão brilhante do F8). Por militontos e por ex-ministros que, acusados de corrupção até em países como Espanha, não se coíbem de vir falar a público de “perseguição pessoal” – não devem dormir sossegados os espanhóis intentos em perseguir o governador do Namibe...

Mas a marcar a nossa actualidade tem estado ultimamente uma mensagem mais sub-reptícia do que esta (dos governantes na mó de cima serem vítimas perseguidas versos os antigos que se tornaram super-vilões), uma mensagem que insiste num futuro próximo cheio de promessas como as que vimos nas últimas eleições. Só que esta mensagem nos ensina que é a partir de 2023 que Angola vai colher os resultados ‘espectaculares’ do trabalho do Governo... Então, as narrativas e as manchetes, sobretudo nos media públicos, andam todas a virar-se para 2023, assim de ‘caxexe’, devaga-

S.O.S. ANGOLA SUL
Dois passos para a paz

Caritas de Angola
Serviço Social da Igreja Católica

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE, BCCBAOLU

IBAN A006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I- Em Talatona: Mirantes Travessa 4, n.º 8, Junto ao largo da Zap TV
II- Rua Marien Ngouabi n.º 1, distrito urbano da Malanga
III- Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (São Domingos)

No Lubango
I- Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Missão)

Contactos telefónicos: +244 933 098 903 / +244 998 632 631

rinho, e enquanto andamos distraídos, vamos interiorizando que, “em 2023, vai ser!”.

“Dois novos hospitais de referência serão construídos no próximo ano na Lunda-Norte” anunciou o governador provincial – se vão ser contruídos em 2022, em 2023 temos mais dois hospitais (mesmo que não tenhamos médicos ou medicamentos que os possibilitem funcionar). As minas de cobre no Uíge, que estão paralisadas há 49 anos, apresentam estudos preliminares animadores para voltar a extrair cobre em... 2023, isto sendo que o ministério já se havia proposto tornar-se o terceiro maior produtor de diamantes do

mundo até, querido leitor, 2023. Obras do aeroporto serão retomadas dentro de seis meses para concluir em 2023; a primeira fase do metro de Luanda, esse projecto fantástico que vai revolucionar a transportação na capital, vai arrançar em 2022 para assegurar que se conclua a primeira fase até 2023. A ministra das Finanças anunciou também o Quadro de Despesa de Médio Prazo um novo documento que vai fornecer instruções aos órgãos do sistema orçamental para a preparação das estimativas de despesa, diz a ministra que “uma gestão prudente de finanças públicas carece de um documento mais abrangente” – sabe Deus e o

Governo como tem sido a programação orçamental até aqui, mas o novo documento vai cobrir o orçamento de 2023 até 2025. Ah, e não está esquecida a promessa de que, até ao fim de 2023, o stock da dívida pública há-de ficar abaixo dos 100%.

Outra “notícia” recente anunciava que, “em virtude dos esforços do executivo, Angola poderá contar, a partir de 2023, com televisão digital terrestre”, diz o ministro da Comunicação Social, “esforços do executivo”, estas frases tão giras, tão pitorescas.

O Presidente João Lourenço anunciou o arranque das obras dos dois projectos de combate à seca no Cunene, a barragem de Calucuve e a

barragem do Ndue, que começam a obra em Outubro e que o ‘Jornal de Angola’ diz que “vão mudar o quadro resultante da seca de forma radical em 2023”... E agora pergunto eu, o que diabo se passa com 2023 que anda tanto na berra governamental? Porque é que os projectos que supostamente vão mudar o país para melhor desembocam tanto em 2023? Será que é para nos fazer esquecer que temos escolha em 2022?

Esta narrativa faz lembrar aquela cenoura que se poe à frente do burro pendurada numa cana, e que o coitado do burro, que só vê mesmo essa cenoura à frente porque usa cilha que o impede de olhar de lado, na esperança de a apanhar, lá vai andando e carregando a carga que lhe pusem em cima.

O burro somos nós eleitores que, como diz o lema do partido no poder: “vamos assustar, já está”, e que, como asnos, vamos perseguindo a tal cenoura que agora parece ser 2023, e que vai balançando devagar à nossa frente para nos fazer andar no sentido que o dono manda sem emburrar. É que, se não olharmos para as cenouras futuristas e olharmos em volta agora, certamente não vamos a lugar nenhum...

A cenoura que o Presidente apresentou recentemente, a das barragens que “vão mudar radicalmente o quadro resultante da seca em 2023”, leva a perguntar mais uma vez, o que raio esteve o Governo a fazer até agora que vem insultar a inteligência dos eleitores com projectos revolucionários e que vão mudar tudo o que está mal em um ano, sendo esse ano, por coincidência, o ano a seguir ao das eleições... O que é que estiveram a fazer nos quatro anos que passaram que não implementaram esses projectos revolucionários? Onde estavam os projectos fantásticos que, em pouco mais de um ano, conseguem mudar radicalmente o cenário de seca e da fome?

Tirando a cilha, a Amnistia Internacional voltou, na semana que passou, a alertar para o facto de que estão milhões de vidas em risco no Sul de Angola devido à pior seca em 40 anos. Milhões à beira da fome uma crise humana gigantesca que já levou a incontáveis (até porque não estão registadas) mortes por fome e malnutrição. Seis milhões de pessoas em Angola com alimentos insuficientes, segundo o Programa Alimentar Mundial, e o Governo a brincar com cenouras à frente dos burros que entende ter pela frente...

Vamos assustar, já está... só pode ser por via de algum susto mesmo.

A operadora brasileira precisava mais dos 1.000 milhões para capitalizar-se do que a Sonangol dos 25% para reforçar a sua posição na Unitel.

A Sonangol deveria investir no BPC, ao invés de capitalizar a Oi



César Silveira,
Editor Executivo

O sacrifício a que têm sido submetidos os clientes do BPC voltou a ser real nos últimos meses e, pelo que tudo indica, deverá manter-se por largo tempo, já que o problema de fundo não se resume nas questões técnicas que, volta e meia, o banco usa para justificar os embaraços. Aliás, estas questões técnicas podem pura e simplesmente ser também consequência da falta de liquidez que, esta sim, é a principal razão para todos

os males que os clientes do maior banco público vão enfrentando. É, na verdade, uma consequência da recapitalização do banco por via de títulos públicos. Porque nem sempre a instituição consegue vender os 'papéis' à mesma velocidade que necessita do dinheiro para atender aos clientes e, inclusive, às necessidades operacionais.

A pressão é maior no final de cada mês em virtude da demanda dos clientes em busca dos 'miseros', mas importantíssimos e necessários salários, uma vez que não existirão muitos na condição de Pedro Lusaty que, segundo se relatou, ficou anos e anos sem usar o salário.

Perante a realidade 'nua e crua' do maior banco público, inspira questionar a real intenção das autoridades ao recapitalizar a instituição com papéis. Pode argumentar-se, por exemplo, que se tenha tratado da decisão acertada,

tendo em conta os dinheiros públicos já gastos para a recapitalização da instituição e que resultaram em nada. Mas, na verdade, não serve de argumento porque, se a decisão foi no sentido de recapitalizar o banco, esta recapitalização deveria ser feita em moldes que permitissem um funcionamento perto do normal da instituição. O que não aconteceu, criando embaraços ao ponto de colocar a instituição entre as mais gozadas nas redes sociais.

Seja qual tenha sido a intenção e a razão da decisão de recapitalizar com papéis, os clientes são as maiores vítimas desta decisão. A situação que vivem mostra que não foram tidos nem achados no momento da discussão sobre o modelo de recapitalização. E, definitivamente, o escolhido não foi o mais acertado.

E não se pode dizer que foi por falta de disponibilidade financeira.

Ao longo dos últimos anos foram feitas despesas, cujos valores bem poderiam ser canalizados para a recapitalização da instituição. São exemplo disso os 1.000 milhões de dólares que a Sonangol investiu para adquirir 25% da Unitel que pertenciam à brasileira Oi quando, falando apenas em linguagem de negócio, não precisava de reforçar a sua posição na operadora móvel.

A operadora brasileira precisava mais dos 1.000 milhões para capitalizar-se do que a Sonangol dos 25% para reforçar a sua posição na Unitel até porque já tinha colocado os outros 25% que detém na operadora entre os activos a privatizar. Portanto, os 1.000 milhões usados para capitalizar a empresa brasileira dariam um jeitão ao nosso BPC que, assim, provavelmente teria menos problemas técnicos a coincidirem com os pagamentos dos salários da função pública.





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 268 Likes 291 Partilhas 42

A 268ª edição do Valor Económico e os restantes temas desta semana na página do Facebook do VE alcançaram perto de 300 mil internautas e mais de 20 mil interacções entre partilhas, comentários e reacções. A principal chamada de animou um debate sobre as declarações do director geral do IPGUL sobre o projecto do rio Luanda que Hélder José classificou como “uma loucura”.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Gustavo Silva

E ter um riacho pútrido a cortar Luanda desde a Senado da Câmara até ao Benfica com águas fedorentas que banham praias de lixo no Catinton, Bairro Dangereux etc., é que é uma maravilha? É que, quer se queira ou não, é um canal que na verdade corta Luanda em duas partes. Mas, de águas de esgoto. Se for um curso de água limpa é um desastre? Aiwé meu país... O rio Sena em Paris ou Tejo em Lisboa são desastres para essas cidades?



Lms Ferreira

Gustavo Silva o rio Thames ou Tamisa em Londres já foi conhecido como rio fedorento pelo mau cheiro que exalava, fazendo inclusive que as sessões do parlamento britânico fossem suspensas... hoje é um rio navegável e das maiores fontes de rendimento da cidade de Londres, com restaurantes, o carrousel, passeios de barcos, velejadores e até uma ponte móvel... essa nossa malta estuda aonde? Lê o quê? São os que têm as casas e os filhos nos dubais, américas, europas e não aprendem nada, não vêm nada quando estão nestas cidades? Ou é mesmo só preguiça de empreender? Uma vez disse ao meu amigo Engenheiro António Venâncio, os que não acreditam ou os que acham que não conseguem fazer, não deveriam impedir os que acreditam e são capazes de fazer!... oxalá ele adopte essa frase mais ou menos refinada quando finalmente estiver diante de quem de facto vai decidir se o rio Luanda acontecerá ou não. É muita ignorância para tantos engenheiros, alguns formados nos países mais desenvolvidos do mundo... arre!..



Manuel André da Costa

Gustavo Silva, Ele bem tratado com zonas de conservação e preservação em diferentes locais, com desassoreamento do leito e melhorado ajudaria ao desporto marítimo como o caiaque e até mesmo no transporte náutico para o sul, ainda em uma represa para melhoria no abastecimento de água para determinados bairros e os bombeiros, não acreditamos naquilo que estudamos e no que é possível fazer!



Denilson Django Mario

Então em Chicago cometeram uma loucura. Que se cometam loucuras semelhantes aqui!



Horacio Junior

Acho bem que discutamos todos os aspectos positivos e negativos de um projecto estruturante para nossa cidade. É até higiénico que assim seja. Agora o que não pode acontecer é deitar abaixo os projectos só porque alguém não gostou. Se não está de acordo, diga que razões lhe assistem para isso e a discussão continua. O que tenho notado é que falta o estudo de viabilidade técnico e financeiro. Em princípio era só uma ideia. O projecto precisa de apoio da ordem e do governo da província. A julgar pela entrevista do director do instituto de planeamento e gestão urbana de Luanda, não há consenso. Então, os promotores que levem o projecto a discussão pública com os técnicos. Temos que saber quanto vai custar e se é possível atrair o sector privado para o projecto.



José Cordeiro Chimo

É o melhor que pode acontecer em Luanda. Um rio a rasgar a cidade criaria um novo micro-clima. Se tomarmos mais verde e melhor arejada. Fora dessa perspectiva, dá para ver quem é que é Louco.



Waldemar De Fontes Pereira d'Orey

O que é que esse plano já fez para Luanda de que ele se possa orgulhar? Nada! Isso é conversa fiada para defender o tacho. A minha proposta seria uma investigação para se saber se o Ipgul correspondeu às expectativas e despesas.



Domingos Conceição Teta Dembo

É um contra senso pensar o tal plano metropolitano ou director salvará Luanda, uma simplória questão, onde param os mapas, croquis, planos periurbano e urbano concebidos e bem pela antiga câmara municipal da era de Marcelo Caetano ou do último governador do ultramar? Teria sentido se eles que estão a frente do IPGUL persistissem em aconselhar com argumentos a recuperação desses planos citados, poderiam ser um ponto de partida ou chameira dos outros hipotéticos planos de continuidade da urbe se chegassem a transformar essa guettocidade em metrópole ou megapóle ou no mínimo numa cidade de facto com todo padrão universalmente aceite.



Rodrigo Cama

Meus kotas vão me matar, juro mesmo. Essa guerra entre Engenheiros e Arquitectos não termina nunca!!!



Gabela Gabela

Quando não mixam é loucura

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19



PARA TRAVAR AUMENTO DE CONTÁGIOS

Alemanha admite restrições para não vacinados

O ministro alemão Helge Braun admitiu, numa entrevista a um jornal local, restrições para os não vacinados e liberdades apenas para pessoas com esquema de vacinação completo caso se mantenha a subida das infecções por covid-19.

“Os vacinados terão mais liberdades do que os não vacinados”, disse Braun, em declarações ao Bild am Sonntag.

O ministro alemão acrescentou que caso as infecções continuem a subir, os não vacinados terão de voltar a reduzir os contactos, ainda que prossiga a estratégia de testagem massiva à população.

“Tal poderá significar que idas a restaurantes, cinema ou estádios não seja possível para não vacinados, ainda que tenham o teste negativo, porque o risco é demasiado grande”, afirmou.

A incidência semanal na Alemanha está actualmente nos 13,8 contágios por 100.000 habitantes, segundo os últimos dados do Instituto Robert Koch (RKI) de virologia.

Embora o nível esteja ainda relativamente baixo, a tendência em alta preocupa as autoridades alemãs, depois de a 06 de Julho a incidência semanal ter registado o nível mais baixo com 4,9 contágios por 100.000 habitantes.



APÓS ESCÂNDALO COM EMPRESA BRASILEIRA

Laboratório indiano encerra contrato

O laboratório indiano Bharat Biotech, fabricante da vacina Covaxin contra a covid-19, anunciou que encerrou um contrato de intermediação com a empresa Precisa Medicamentos, após uma investigação de corrupção que chegou ao presidente brasileiro, Jair Bolsonaro.

A Bharat Biotech anunciou o fim, “com efeito imediato”, do memorando de entendimento firmado a 24 de Novembro de 2020 com a Precisa Medicamentos, que era a empresa intermediária na venda de 20 milhões de doses da Covaxin para o governo brasileiro.

Apesar disso, a Bharat Biotech frisou que “continuará a trabalhar diligentemente com a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância

Sanitária], o órgão regulador de medicamentos do Brasil, para concluir o processo de aprovação regulatória para a Covaxin”.

Dessa forma, uma vez obtida a aprovação, o laboratório indiano estará disposto a fornecer vacinas directamente ao governo brasileiro, sem intermediários, a um preço de 15 dólares (12,7 euros) por unidade, segundo a empresa.

O anúncio foi feito após a divulgação de um escândalo sobre supostas ilegalidades atribuídas à Precisa Medicamentos e funcionários ligados ao governo Bolsonaro na aquisição deste medicamento, que desencadeou investigações na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as acções

e omissões do governo brasileiro e do Ministério Público Federal.

A polícia brasileira anunciou, na semana passada, o início de uma investigação contra Bolsonaro para apurar um suposto crime de prevaricação na aquisição da Covaxin.

Essa investigação deve verificar se Bolsonaro soube de irregularidades nas negociações para a compra da vacina Bharat Biotech e não pediu uma investigação depois de o deputado Luis Miranda, da base política que apoia Bolsonaro, e o seu irmão Ricardo Miranda, chefe de importação do Ministério da Saúde, terem dito que transmitiram informações sobre alegadas irregularidades directamente ao governante.

PROCURA POR VACINA AUMENTA 200%

Protestos na Itália contra passe sanitário

Milhares de pessoas manifestaram-se na Itália contra a obrigatoriedade do uso do “passe sanitário” covid-19 para entrar em espaços de lazer fechados.

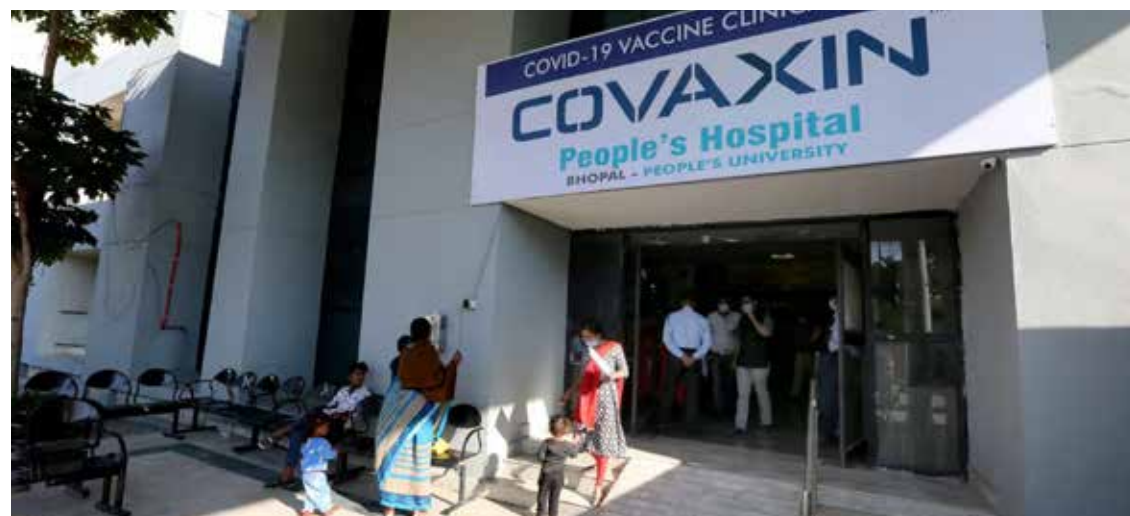
“Liberdade” e “Não à ditadura” foram as expressões mais ouvidas entre os manifestantes, a maioria sem máscara, de Norte a Sul do país.

Na cidade de Milão, a Norte, os protestos foram acompanhados de gritos de “não ao passe sanitário”. As manifestações foram convocadas nas redes sociais para, pelo menos, 80 cidades.

A partir de 06 de Agosto, vai passar a ser obrigatório, na Itália, o uso de um “passe sanitário” covid-19 (que atesta a vacinação desde a primeira dose, testagem negativa nas últimas 48 horas ou a recuperação da doença) para aceder a espaços de lazer fechados, como cafés, restaurantes, piscinas, ginásios, museus, cinemas, teatros e salas de jogo.

A nova medida, anunciada na quinta-feira, levou a uma corrida à vacinação que, nalgumas regiões, aumentou 200%.

Itália contabilizou mais 5.140 infectados e mais cinco mortos. O país tem pouco mais de metade da população maior de 12 anos com a vacinação completa contra a covid-19.



A CLÍNICA LUANDA MEDICAL CENTER recolheu, no período de um ano (Julho de 2020 a Julho do presente ano), um universo de 65.831 amostras de Covid-19. 3.431 resultaram em casos positivos, correspondendo a 5,07%.



NO APOIO AO COMBATE À PANDEMIA

Angola agradece apoio de Portugal

A ministra da Saúde agradeceu o apoio das autoridades portuguesas no combate à pandemia da covid-19, salientando que essa cooperação não se resume à oferta de vacinas, como as que começaram a ser administradas.

Falando no centro de vacinação Paz Flor, que começou a administrar parte das 50 mil doses trazidas pela comitiva presidencial portuguesa, Sílvia Lutucuta agradeceu esta “doação importante”, com “a promessa de que mais doses virão”.

Na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que decorreu em Luanda, o primeiro-ministro português, António Costa, anunciou que Portugal iria triplicar as vacinas a oferecer aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, passando de um milhão para três milhões de doses, a maioria das quais Astrazeneca, cuja distribuição na Europa é

condicionada. “A relação com Portugal tem sido boa, temos a agradecer mais uma vez”, afirmou a ministra, que salientou também o apoio de Lisboa noutras áreas do combate à pandemia. “Estamos muito satisfeitos com esta cooperação”, disse.

Na terceira vaga da pandemia em Portugal, “tivemos quadros médicos e enfermeiros a fazerem trocas de experiência, com estágio em Portugal em várias unidades de referência”, uma “mais-valia importante” com “competências que foram ganhas neste percurso”, explicou a Sílvia Lutucuta.

“Em Angola, metade dos casos diários da covid-19 é da variante inglesa, registando-se também casos da “variante sul-africana, com circulação comunitária em Luanda”, explicou a ministra, salientando que, no caso da variante Delta, só “foram registados sete casos, prontamente isolados”, dois dos quais oriundos de Portugal.

ATÉ 31 DE MARÇO DO PRÓXIMO ANO

Cabo Verde prorroga moratórias ao crédito

O governo cabo-verdiano anunciou que pretende prorrogar, até 31 de Março de 2022, o regime de moratórias ao pagamento de capital e juros em empréstimos bancários, medida de mitigação das consequências económicas da pandemia da covid-19.

A prorrogação da medida foi aprovada em reunião do conselho de ministros e anunciada pelo governo, envolvendo a quinta alteração ao decreto-lei n.º 38/2020, de 31 de Março de 2020, que estabelece medidas excepcionais de pro-

tecção dos créditos das famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social. “Estamos a tomar esta medida para que haja garantia de que as empresas poderão ter condições de continuar a ter alguma forma de sobrevivência até que se retome a economia no seu pleno”, afirmou a ministra da Presidência do Conselho de Ministros, Filomena Gonçalves, em conferência de imprensa, na

Praia, sobre o projecto de proposta de decreto-lei com esta alteração, prorrogando o prazo de vigência, que será levado à Assembleia Nacional.

Este regime de moratória é aplicado em função da avaliação da situação económico-financeira dos clientes com quebra de rendimentos devido à pandemia, argumento que se mantém nesta prorrogação, devido à ausência de retoma da procura turística e de recuperação económica, por causa da covid-19.



COM MODIFICAÇÕES

Senado francês aprova passe sanitário

O Senado francês aprovou o passe sanitário, mas com modificações, como a isenção para menores e nas esplanadas de bares e restaurantes e estas alterações serão revistas juntamente com a Assembleia Nacional.

Os senadores introduziram diversas alterações ao projecto vindo da Assembleia Nacional, como a utilização do passe sanitário só até ao fim do estado de urgência sanitário, que vai durar até dia 31 de Outubro.

O Senado quer que o passe sanitário não seja usado nos centros comerciais, por causa do acesso aos supermercados, nem nas esplanadas de bares e restaurantes. O passe sanitário também não deve ser aplicado a menores, segundo as alterações introduzidas pelos senadores.

Os senadores querem ainda que os jovens de 16 e 17 anos não precisem da autorização dos pais para se vacinarem. Também as medidas de isolamento obrigatório para os infectados foram aligeiradas.

A segunda câmara francesa quer ainda que a obrigatoriedade para todos os restantes locais públicos comece a 15 de Setembro e não em 30 de Agosto, como pede a Assembleia.

MALÁSIA

Parlamento retoma trabalhos após suspensão

O Parlamento da Malásia reabriu após uma suspensão de mais de sete meses, na sequência do estado de emergência decretado pelo governo devido à pandemia da covid-19, que permitiu ao executivo governar sem escrutínio parlamentar.

Na reabertura de uma sessão parlamentar especial de cinco dias, o ministro da Lei, Takiyuddin Hassan, anunciou que o governo não vai prolongar o estado de emergência depois de 01 de Agosto, segundo a agência noticiosa Associated Press (AP).

O estado de emergência permitiu ao executivo suspender o Parlamento desde Janeiro, e governar por decreto sem aprovação legislativa.

A decisão foi vista como um estratagema para que o primeiro-ministro, Muhyiddin Yassin, permanecesse no poder face aos desafios à sua liderança.

No início de Julho, a Organização Nacional dos Malaio Unidos (UNMO), aliado da coligação governamental, retirou o apoio ao primeiro-ministro e apelou para que se demitisse pela forma como lidou com a pandemia.

O procurador-geral disse então que Muhyiddin Yassin permaneceria no poder até que se pudesse provar no Parlamento que tinha perdido o apoio da maioria.

A Malásia ultrapassou um milhão de casos de covid-19 no domingo, com um aumento que representa oito vezes o número de infecções em todo o ano de 2020.

Marcas & Estilos



Lances sagrados

Perfeito para a noite do jogo em casa, o conjunto de dados Afora é feito à mão por um artesão com ametista semipreciosa e madeira. Acredita-se que as centro deste conjunto de dados Ametista conferem poder e força. Os tibetanos criam contas de oração, acreditando ser sagrado para o Buda. E se é de Fevereiro, está com sorte: é a sua pedra de nascimento.



Para um cacimbo quente

Feito com 100% lã marino, este cachecol pode ser considerado um item básico do guarda-roupa de cacimbo. Tricotada em ponto jarreteira, esta peça irá garantir o calor e a textura ao seu 'look' em tempos de bastante frio.



AUTOMÓVEL

Desfrute, mas poupe!

Resultante da competição automóvel, a tecnologia E-Tech híbrida conjuga dinamismo e eficiência. Na cidade, arranque sempre com tracção eléctrica e realize até 80% dos seus trajectos no modo eléctrico. Isto permite-lhe poupar até 40% no consumo de combustível em comparação a um motor a gasolina equivalente.

A bateria do seu Arkana E-Tech híbrido carrega-se automaticamente enquanto circula graças à travagem recuperativa. Usufrua, assim, de um prazer de condução em qualquer circunstância com acelerações rápidas e imediatas. O Arkana E-Tech híbrido adapta-se às suas utilizações para o máximo de polivalência.

AGENDA

LUANDA

30 DE JULHO

Memorial Dr. António Agostinha Neto acolhe o lançamento do livro 'Monó - O Legado de Sérgio Luther Rescova Joaquim', da autoria de Manuel Salvador, em homenagem a Luther Rescova, a partir das 15h00. O livro custa 5.000 kwanzas.

29 A 31 DE JULHO

Expo Mulher - Empoderamento económico e inclusão financeira da mulher, entre as 09h00 e as 18h00, na Marginal de Luanda. Mais informações no 932 595 878.

DE 19 A 11 DE AGOSTO

Exposição colectiva 'Não há cura' reúne um conjunto de obras de artistas angolanas e portuguesas, no Camões - Centro Cultural Português de Luanda.

28 DE JULHO

Conferência 'Economia do Mar - As Potencialidades da Indústria Pesqueira Nacional', a partir das 08h00, no Hotel Epic Sana.

LIVROS



SE NÃO TIVER TEMPO para ler mais nada sobre como gerenciar pessoas, leia estes 10 artigos. Foram seleccionados pela Harvard Business Review entre centenas de textos publicados para maximizar o desempenho e a satisfação da sua equipa.



SE EDUCAR é uma tarefa difícilíssima, imagine educar a criança mais instigante que pisou nesta terra, o menino Jesus! Havia milhares de candidatos, mas uma jovem se destacou diante do olhar de Deus. O seu nome é Maria.



TURISMO

Vale o capricho...

Situada na Reserva Marinha Shungimbili da Tanzânia, a única protegida e de uso exclusivo no mundo, a Ilha Thanda foi projectada especificamente para aluguer privada. Com capacidade para 18 hóspedes numa vila de cinco suites e duas Bandas (chalés de praia) tradicionais da Tanzânia, a ênfase aqui está em isolar o resto do mundo e criar memórias incríveis.

Só se chega de helicóptero e iate privativo. Refeições, bebidas e uma grande variedade de actividades, incluindo tratamentos de spa ilimitados, mergulho privativo, natação com tubarões-baleia, pesca em alto mar, jacto esqui, desportos aquáticos e ioga, estão incluídos no preço.

Aqui, não precisa de se preocupar com nada. A ilha também vem equipada com uma academia completa, quadra de ténis iluminada e uma equipa de funcionários altamente experientes, prontos para atender a todos os seus caprichos.

Educação & Tecnologia

Huawei capacita técnicos das TICs do Ministério das Finanças

PUBLICIDADE. Luanda, 22 de Julho de 2021 - A Huawei encerrou hoje, em Luanda, uma formação de capacitação em tecnologias de informação e comunicação de última geração aos técnicos do Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação (SETIC) das Finanças Públicas, órgão do Ministério das Finanças cuja missão assenta em estabelecer normas e padrões para as infra-estruturas tecnológicas e o seu desenvolvimento.

Entre os 15 formandos, coube ao responsável da turma, Décio Lourenço, agradecer pelo aprendizado passado pela Huawei. “Aprendemos sobre tecnologias que podem ser implementadas em Angola e não existem. Esperamos continuar a contar com treinamentos da Huawei que estejam alinhados a realidade”, adiantou.

Por sua vez o Director do SETIC, Panzo N'Teka, também agradeceu a

Huawei que “desde a primeira hora aceitou a nosso pedido de formação e é nossa pretensão ter mais formações do género uma vez que vamos continuar essa parceria e a comprar equipamentos da Huawei. “É nossa estratégia é não sermos meros consumidores de equipamentos e entendermos processos tecnológicos. Os países só se desenvolvem com pessoas formada, a educação é fundamental na vida das pessoas e no desenvolvimento das nações”, frisou o responsável.

Já o Director da Huawei, Bruce Li, agradeceu colaboração do Minis-

tério das Finanças durante a formação que abordou vários tópicos sobre a tecnologia 5G, Cloud, Datacenter e fez um overview das tecnologias Huawei. “Estamos muito satisfeitos e comprometemo-nos a fazer o melhor para entregar as melhores soluções tecnológicas e continuar a capacitar da melhor forma os técnicos da finanças de Angola”, reafirmou.

SOBRE A HUAWEI

A Huawei é líder global em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e uma das 100

marcas mais valiosas do mundo de acordo com a Forbes. A companhia tem a visão de enriquecer a vida das pessoas por meio da comunicação e é dedicada à inovação centrada no cliente. Com sólidas parcerias com a indústria local, a Huawei está comprometida com a criação de valor para operadoras de telecomunicações, empresas e consumidores, oferecendo produtos e soluções de alta qualidade e inovação em mais de 170 países e territórios. Com mais de 190 mil funcionários em todo o mundo, a empresa atende mais de um terço da população mundial.



NÚMEROS DA SEMANA

557

Diários e suplementos que foram produzidos pela Imprensa Nacional, em 2020, registrando-se uma redução de 8,9% face ao período homólogo.

500

Mil dólares intenção de investimento da marca angolana de moda Tussole, a partir do próximo ano, em São Tomé e Príncipe, com abertura de ateliers de confecção e agência de turismo.

1,3

Mil milhões de kwanzas, despesa aprovada para o transporte de bolseiros do Inagbe em processo de formação no exterior do país, bem como para a prestação de outros serviços especializados a serem providos pela Taag.

1,2

Milhões de dólares dívida acumulada do Kero, em 2020, à Aldeia Nova que, em consequência, suspendeu o fornecimento de mercadoria à rede de super e hipermercados.



SÃO 16 EM 15 DIAS

BNA revoga licença de mais nove instituições

O BNA revogou a licença de oito instituições financeiras não-bancárias por inadequação do capital social e fundos próprios regulamentares ao mínimo estabelecido e ainda por inactividade por período superior a seis meses.

Trata-se das casas de câmbio Big One, Platium, Moneta e Robinson. Foram ainda abrangidas a Dakota Transfer – Sociedade de Remessas de Valores, a Microfund – Sociedade de Microcrédito, bem como a COOCREPF – Cooperativa de Crédito e a Sociedade de Microcrédito.

Além destas instituições, o BNA determinou a caducidade da licença da Mão Solidária – Sociedade de Microcrédito por “não ter iniciado a sua actividade dentro do prazo legalmente estabelecido para o efeito”.

No passado dia 14, o BNA anunciou decisões semelhantes em relação a outras oito instituições financeiras não-bancárias, uma das quais, no caso a Unicredito – Sociedade de Microcrédito, também teve a licença caducada por não ter iniciado a sua actividade dentro do prazo estabelecido.

Quatro instituições tiveram as licenças revogadas por inadequação do capital social e fundos próprios regulamentares ao mínimo estabelecido e pela inactividade por período superior a seis meses, enquanto três foram visadas por incumprimento reiterado das normas que regem a sua actividade e por inactividade.

JLO ASSINA VÁRIOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Mintrans reforçado para adquirir viaturas

O Presidente João Lourenço aprovou créditos adicionais no OGE/2021 de mais de 116 mil milhões de

kwanzas para o Gabinete de Obras Especiais (GOE) e para o Ministério dos Transportes (Mintrans), na mesma altura em que aprovou também um ‘bolo’ de 63,2 mil milhões de kwanzas para a conclusão das obras do Hospital Militar.

O despacho presidencial n.º 179/21, de 20 de Julho, fundamenta que o crédito adicional ao GOE, no valor de 28,8 mil milhões de kwanzas, se justifica com as despesas de apoio ao desenvolvimento e ao investimento público desse órgão. “O crédito adicional suplementar” aberto, avança o diploma, “será disponibilizado em função das necessidades de pagamento e disponibilidade de tesouraria”.

Quanto ao Mintrans, que recebeu um crédito adicional de 87,9 mil milhões de kwanzas, o instrutivo presidencial indica apenas que é para fazer face às despesas de projectos do Programa de Investimentos Públicos (PIP), sendo também que o valor será disponibilizado “em função das



necessidades de pagamento de serviços realizados no âmbito da implementação de projecto com financiamento garantido”.

O Mintrans foi ainda ‘brindado’ com outra despesa de 3,1 mil milhões de kwanzas para formalizar a abertura do procedimento de contratação simplificada para a aquisição de equipamentos rodoviários de apoio ao sec-

tor dos transportes e actividades produtivas.

No despacho correspondente, refere-se que o Mintrans “tem enfrentado inúmeras dificuldades” originadas pela “escassez de equipamentos rodoviários”, o que “tem dificultado a implementação das políticas e programas do Executivo no domínio dos transportes rodoviários”.

ESTIMATIVAS DA EMBAIXADA DE ANGOLA NA TURQUIA

Negócios com turcos atingem 250 milhões USD

As trocas comerciais entre Angola e a Turquia estão estimadas em 250 milhões de dólares, segundo cálculos apresentados pelo embaixador angolano em Ancara, José Patrício, que identifica o crescimento das relações económicas entre os dois países, no âmbito da visita de dois dias do Presidente João Lourenço. A Turquia exporta para Angola sobretudo material de construção, mobiliário e produtos alimentares. Mas, nos últimos tempos, como acrescenta Patrício, a cooperação bilateral tem ganho “novos contornos, entrando para o domínio da industrialização”. O embaixador citou, como exemplo, a empresa Tosyali, que está a implementar um pro-

jecto mineiro em Kassinga (na Huíla) que prevê estender o raio de acção ao Namibe, com a instalação de uma siderurgia.

O diplomata angolano afirmou ainda que existem potencialidades para que produtos angolanos possam afirmar-se no mercado turco, não apenas em termos do petróleo e derivados, mas também da madeira, mármore, bem como dos produtos da pesca e da agro-pecuária.

Angola já exporta farinha de peixe e madeira para o país euro-asiático. “O que tenho observado é que este país importa produtos, como frutas e tubérculos, e nós temos isso tudo”, indicou José Patrício.